

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
Departamento de Informação e Cultura

MIRNA NEIT FÉLIX

Biblioteca comunitária como expressão libertária da sociedade marginalizada

São Paulo
2025

MIRNA NEIT FÉLIX

Biblioteca comunitária como expressão libertária da sociedade marginalizada

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, apresentado ao Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de graduação em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin

São Paulo

2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Félix, Mirna Neit

Biblioteca comunitária como expressão libertária da
sociedade marginalizada / Mirna Neit Félix; orientador,
Marivalde Moacir Francelin. - São Paulo, 2024.
63 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Informação e Cultura / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Biblioteconomia. I. Francelin, Marivalde Moacir .
II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Félix, Mirna Neit

Título: Biblioteca comunitária como expressão libertária da sociedade marginalizada

Aprovado em: _____/____/_____

Banca:

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Dedico, com muito amor, este trabalho aos responsáveis por toda a minha formação de vida, além, é claro, da acadêmica: meus pais, Edmundo Vanderlei Félix e Marta Valéria Pereira de Souza Félix. Minha mãe, contrariando todas as estatísticas, cresceu sendo criada por seus irmãos. Mulher de garra, enfrentou a sociedade em uma cidade pequena, sem quaisquer oportunidades, batalhou muito, conseguiu se formar em Letras, tornou-se professora e, desde então, vem transformando vidas, sempre lembrada com carinho por todos os seus alunos. E, com essa mesma garra, compaixão e paciência, forneceu-me os meios para estudar e me formar, nunca desistindo, apesar das adversidades que enfrentei e venho enfrentando.

Ao meu pai, homem forte, sério e que sempre me aconselhou a permanecer firme em meus propósitos de estudo e de vida, deu todo o apoio intelectual e emocional para que eu conseguisse realizar as minhas duas graduações. Sempre com um olhar crítico, foi e é responsável pelo meu pensamento questionador e subversivo. Grande pensador e professor que domina o vernáculo e as línguas, incentivou e instigou minha curiosidade para conhecer o mundo. Como ele diz em um de seus escritos: “Ser coerente é ser impertinente ante a desfaçatez que tala o Mundo!”, e, dessa forma, sigo com seus ensinamentos ante as adversidades do mundo.

Dedico à minha irmã, Mirina Nemrod Félix, pela parceria, pelas risadas, por ser um exemplo de mulher e por sempre estar lá para me ajudar, e à minha cunhada, Viviane Marcatti Salvini, por todo seu apoio, sempre presente com minha família e disposta a nos ajudar. Dedico aos meus sobrinhos Murillo, Mateus e Alice, crianças que trazem alegria para a minha vida e que me incentivam, com suas existências, a continuar batalhando para ter sempre tempo para estar com eles.

Dedico às minhas tias e tios: Edna, Júlio César, Roberto, Cida, Márcia e Selma por sempre torcerem por mim e me acolherem em momentos de dificuldade; e aos meus primos Daniel, Roberta, Gustavo, Lesliê e César. Especialmente à tia Cida, que agora, junto às tias Márcia e Selma, olha por nossa família, nos protege e traz sempre lembranças de amor, perseverança e luta.

Dedico à minha esposa, Fernanda Barbosa Lima, com quem tive o privilégio de caminhar ao longo destes sete anos – e que venham muitas outras vidas juntas. Uma pessoa admirável, inteligentíssima, acolhedora, amiga, gentil, sensata e para quem me faltam palavras para descrever todo o seu ser, algo impossível de se fazer em poucas páginas. Esteve ao meu lado durante todo o tempo, enfrentando os mais

diversos problemas e mantendo-me firme em meus propósitos, jamais me deixando desistir dos meus sonhos, mesmo que estes fossem os mais absurdos possíveis. Aproveito para dedicar ao meu filho-gato, Sabbath. Por mais estranho que pareça, sinto que todo o amor e paciência que recebi deste gato superam o tratamento de alguns humanos que encontrei ao longo da minha formação e de minha vida.

Às minhas irmãs de outras vidas, Mayla Oliveira e Mayara Oliveira, mulheres grandiosas, exemplos de resistência, luta e arte, que foram responsáveis por me salvarem do limbo da ignorância, fazendo com que eu entendesse as urgências sociais e meu lugar na luta; e à minha amiga de vida, Fernanda Marin Fernandes, que sempre me salva da tristeza.

Para que eu conseguisse caminhar e chegar ao fim da graduação, foi necessário o apoio, profissionalismo e empatia da Dra. Glauce Euduvale Torres, ao longo desses quatro anos, fazendo um trabalho primoroso para que minha saúde mental se estabilizasse e eu fosse capaz de levar uma vida funcional.

Por último, dedico, com toda a alegria, este trabalho ao meu orientador, Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin. Impressionante a sua paciência e acolhimento, suas orientações objetivas. Durante praticamente três anos, não obtive apenas uma orientação, mas também um atendimento humanizado, gentil e dedicado, que foram fundamentais para que eu persistisse em minha formação, mesmo enfrentando muitas dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Claudia Ayumi Enabe, sem sua ajuda e amizade, eu não teria conseguido seguir em frente.

Agradeço imensamente às amigas Ana Rebecca Bartelt, Michelle Alves de Passos Araújo, Gabriel Garcia Nunes Flores, Stefany Cardoso de Almeida, Gioanna Zou e Giovana Pereira pelas longas horas que passaram me aconselhando, conversando, dando dicas, e pelo apoio, ensinamentos e amizade. Agradeço também às chefes e amigas Leila Oliveira e Carla Bonomi por todos os ensinamentos em biblioteconomia e pelo companheirismo ao longo dos anos.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin, pelo incrível trabalho em sua orientação. Agradeço aos professores de Biblioteconomia e Ciência da Informação por todos os anos de ensinamento e pelo exemplo de profissionalismo. Aos bibliotecários da ECA, expressei minha profunda gratidão pelo apoio ao longo da minha jornada acadêmica. A dedicação, a paciência e o profissionalismo de vocês foram essenciais para meu aprendizado e crescimento. Obrigado por sempre disponibilizarem conhecimento, orientação e um ambiente acolhedor!

“Bendito momento aquele em que um povo se levanta. Já não é mais o rebanho com as costas queimadas pelo Sol, já não é mais a sórdida multidão dos resignados e dos submissos, mas a hoste de rebeldes que se lança para a conquista da terra enobrecida porque finalmente a pisam homens.” (Magón, 2021)

RESUMO

Este trabalho visa analisar a biblioteca comunitária como sendo uma manifestação libertária em resposta às comunidades marginalizadas, comparando seu papel social à biblioteca pública e sua evolução. Contextualiza-se historicamente a tipologia das bibliotecas e investiga como a biblioteca comunitária diferencia-se pelo seu caráter autônomo e papel social exercido, atendendo as demandas informacionais e culturais de comunidades vulneráveis. Por meio de revisão bibliográfica, este estudo buscou mostrar que, enquanto a biblioteca pública não é capaz de atender as demandas populares devido à falta de políticas públicas adequadas, a biblioteca comunitária surge como uma resposta das comunidades marginalizadas para tentar suprir este problema, promovendo inclusão e resistência social. Concluiu-se que a biblioteca comunitária se configura como um modelo de autogerenciamento necessário para a resistência desses indivíduos, no entanto, percebeu-se a insuficiência de bibliografia da área para discutir este problema.

Palavras-chave: Biblioteca comunitária. Biblioteca pública. Democratização da informação.

ABSTRACT

This work aims to analyze the community library as a libertarian manifestation in response to marginalized communities, comparing its social role to that of the public library and its evolution. The typology of libraries is historically contextualized, and it investigates how the community library distinguishes itself through its autonomous nature and the social role it fulfills, addressing the informational and cultural demands of vulnerable communities. Through a bibliographic review, this study sought to demonstrate that while the public library fails to meet popular demands due to a lack of adequate public policies, the community library emerges as a response from marginalized communities to attempt to address this issue, promoting inclusion and social resistance. It was concluded that the community library is configured as a self-management model necessary for the resistance of these individuals; however, it was noted that there is an insufficiency of literature in the field to discuss this issue.

Keywords: Community library. Public library. Democratization of information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Exemplo de linha do tempo dos suportes documentais	22
Figura 2 – Series: Library of Ashurbanipal	23
Figura 3 – Papyrus – Roman Period	26
Figura 4 – Mobiliário e o dispositivo do livro acorrentado.....	30
Figura 5 – Livro acorrentado da Biblioteca Malatestiana.....	30
Figura 6 – Quadro de resumo das tipologias de biblioteca	41
Figura 7 – Biblioteca Comunitária de Heliópolis	54
Figura 8 – Situação escolar de jovens entre 15 e 17 anos (%)	56

LISTA DE SIGLAS

UNAS União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região

IFLA International Federation of Library Associations and Institutions

UNESCO United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

RNBC Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema de Pesquisa	15
1.2 Hipóteses	15
1.3 Objetivos	16
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	16
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	16
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3 A ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS BIBLIOTECAS – DO DEPÓSITO DE TEXTOS AO CENTRO DE CONHECIMENTO	20
4 O PAPEL DA BIBLIOTECA COMO DISSEMINADORA DA INFORMAÇÃO	37
5 BIBLIOTECAS: TIPOLOGIAS E CARACTERÍSTICAS	39
5.1 <i>Biblioteca Pública</i>	42
5.2 <i>Biblioteca Comunitária</i>	43
6 A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA NO ACESSO DEMOCRÁTICO E A IGUALITÁRIO À INFORMAÇÃO	47
7 PROBLEMÁTICAS E IMPACTO SOCIAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA	49
8 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E INCLUSÃO CONTRA A EXCLUSÃO CULTURAL E INFORMACIONAL	53
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca moldou-se à medida que ocorriam mudanças na sociedade, o seu papel como mantenedora do conhecimento, à medida que o acervo era aberto ao público (sendo, então, o modelo moderno de biblioteca pública), não sendo restrita aos letrados, passou a ser, então, o início de uma era de democratização da informação para um público amplo e não limitado, por exemplo, às universidades.

Desta forma, inicia-se o pensamento e a elaboração de políticas públicas pensadas para a comunidade em geral, no entanto, não eram suficientes para atender a uma sociedade cada vez mais marginalizada, gerando um movimento da comunidade para suprir suas necessidades informacionais, culturais e de educação.

Desta feita, as bibliotecas comunitárias surgem da necessidade de atender às demandas de um público heterogêneo e marginalizado para que tenham autonomia informacional e cultural de acordo com as demandas da comunidade, mesmo havendo demais dispositivos de leitura e bibliotecas, como a biblioteca pública, que será, também, discutida neste trabalho.

Por haver diferentes tipologias que surgem com diferentes propósitos, este trabalho tem como objetivo analisar a tipologia biblioteca comunitária em uma análise comparativa com a biblioteca pública. Além desse objetivo geral, também procuramos entender o propósito de ambas e o impacto que geram na sociedade. Na pesquisa, buscaremos mensurar o impacto causado pela biblioteca comunitária em um cenário social carregado de desigualdades.

As hipóteses centrais deste estudo buscam tratar das limitações conceituais e políticas que afetam o reconhecimento das bibliotecas comunitárias e seu papel social, desta feita, supõe-se que as bibliotecas públicas, geridas pelo Estado, não possuem políticas públicas que conversem com as necessidades do grupo de usuários marginalizados pela sociedade, desta forma, pretende-se relacionar a existência das bibliotecas comunitárias como tendo o propósito de difundir a informação, a leitura e conversando com as necessidades deste grupo social.

Ademais, presume-se que a similaridade entre as tipologias iguala-se ou confunde-se entre ambas as bibliotecas (pública e comunitária), gerando uma percepção equivocada de que são similares, ignorando, assim, a real importância e o papel social que a biblioteca comunitária representa para a sociedade.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram realizados em duas partes, sendo: em primeiro, foi realizado um levantamento bibliográfico seletivo com obras de referência sobre os temas biblioteca comunitária e biblioteca pública; em segundo, foi desenvolvida uma pesquisa sistemática em bases de dados especializadas. As análises dos materiais levantados na primeira etapa serão utilizadas para a busca, organização, tratamento, apresentação e discussão dos resultados na segunda etapa. Os procedimentos metodológicos são detalhados após a revisão bibliográfica.

A partir do exposto, pretende-se entender e discutir a definição da tipologia “biblioteca comunitária” quanto à definição e ao surgimento da biblioteca pública através das necessidades que lhe deram origem.

A partir do entendimento terminológico realizado com base na bibliografia da área, procura-se entender o papel desta tipologia na sociedade, posto que a biblioteca comunitária surge com um propósito e, com base nas literaturas levantadas, percebe-se que sua importância é pouco discutida, fazendo com que sua existência se limite a pequenas passagens e discussões acadêmicas, ignorando o real papel social a que esta se presta.

1.1 Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa parte da análise bibliográfica em que a incerta definição de biblioteca comunitária pode, erroneamente, ser inserida na tipologia de biblioteca pública devido às suas características, não considerando seu papel social. Desta forma, surgem os seguintes questionamentos:

1. O que diferencia a história e definição de biblioteca comunitária de biblioteca pública?
2. De acordo com a análise da literatura existente, qual é a diferença entre a visão biblioteconômica sobre a biblioteca comunitária e o senso comum da comunidade que a cria?
3. As bibliotecas públicas bastam para atender às demandas informacionais, culturais e de disseminação da leitura para toda a comunidade?

1.2 Hipóteses

- I. É plausível que a insuficiência de debates acerca das diferenças entre as tipologias de biblioteca pública e biblioteca comunitária, bem como a ocorrência de discussões que equiparam a biblioteca comunitária à biblioteca pública, impeça a compreensão plena do verdadeiro significado e da importância da biblioteca comunitária.
 - a. A similaridade entre bibliotecas comunitárias e bibliotecas públicas em suas funções e estruturas pode levar a uma percepção errônea de que são intercambiáveis.
 - b. Devido à pouca representação da biblioteca comunitária na academia, em comparação com a biblioteca pública, há uma limitação na visibilidade da biblioteca comunitária, o que ocasiona a dificuldade em distingui-la como uma entidade distinta, podendo resultar em uma falta de reconhecimento de suas contribuições e importância para a sociedade.
- II. Supõe-se que as bibliotecas públicas, geridas pelo Estado, não possuem políticas públicas que conversem com as necessidades do grupo de usuários marginalizados pela sociedade.
 - a. Acredita-se que, devido à falta de políticas públicas para as bibliotecas públicas, as bibliotecas comunitárias suprem parte da carência local ao acesso à informação.
- III. Supõe-se que a discussão acerca da tipologia de biblioteca comunitária crie margem para o seu entendimento e preservação.

1.3 Objetivos

1.3.1 *Objetivo Geral*

A pesquisa tem como objetivo a análise terminológica entre biblioteca comunitária e biblioteca pública, tendo como foco o impacto social entre ambas através da literatura levantada sobre o tema.

1.3.2 *Objetivos Específicos*

- a) Analisar as discussões e terminologias sobre o papel da biblioteca comunitária e pública.

- b) Discutir o papel social da biblioteca comunitária e pública.
- c) Pensar a biblioteca comunitária enquanto espaço de autogerenciamento.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi selecionada a pesquisa exploratória, realizando levantamento bibliográfico e análise dos materiais selecionados, disponíveis em artigos, periódicos e sites das bibliotecas, para realizar coleta de dados por meio de fontes secundárias. Entende-se a pesquisa exploratória como pertinente a este trabalho, pois irá apurar os trabalhos já existentes sobre o tema por meio de uma análise teórica, apontando uma possível carência na discussão acerca do tema biblioteca comunitária e sua definição, para, então, entender sua função social.

Os materiais utilizados para a realização desta pesquisa são provenientes das bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (USP), Scielo, Brapci, CAPES Periódicos, sendo selecionadas bibliografias sobre biblioteca pública e biblioteca comunitária.

Conforme apresentado na introdução, esta parte detalha os procedimentos metodológicos dos levantamentos, da organização e do tratamento dos dados coletados em bases de dados especializadas da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Os termos de busca que foram critério para a seleção dos materiais foram baseados em sua pertinência de acordo com a pesquisa, para cada um dos termos citados, a saber: a) bibliotecas comunitárias: definição, papel social; b) bibliotecas públicas: definição e papel social. O recorte para a pesquisa limitou-se às bibliotecas públicas e comunitárias do Brasil.

Os termos selecionados para a busca nas bases de dados foram: biblioteca comunitária, biblioteca pública, movimentos sociais, anarquismo, biblioteca pública no Brasil.

A seleção do material bibliográfico para este trabalho seguiu critérios como:

- a) pertinência dos textos para a construção da bibliografia definitiva;
- b) textos que abordam amplamente o objeto de trabalho deste projeto – não específicos sobre o tema, mas sim tratando-se da área do conhecimento em Biblioteconomia.

Para tal, realizou-se uma leitura dinâmica a fim de detectar os termos utilizados em diferentes bibliografias gerais (item b). Feito isto, serão realizadas comparações de terminologias da área e diferentes definições (bibliotecas públicas e comunitárias).

Os termos que compõem o corpus selecionado tiveram como critério textos que contivessem as palavras “biblioteca” e suas variações quando apresentadas: dispositivos de leitura, bibliotecas comunitárias, bibliotecas alternativas, bibliotecas públicas. Também foram retiradas algumas das bibliografias sugeridas nos textos em questão com a finalidade de realizar um comparativo e buscar por diferentes definições de um mesmo termo.

3 A ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS BIBLIOTECAS – DO DEPÓSITO DE TEXTOS AO CENTRO DE CONHECIMENTO

O termo “biblioteca”, de acordo com Cunha (2010), é derivado do francês *bibliothèque*, vindo do latim *bibliotheca* e grego *bibliothēke*. Em sua composição, temos *biblio*, do grego “livro”, e *thēkē*, “depósito”, sendo entendida etimologicamente como “depósito de livro”.

Conforme o livro “Acrônimos, siglas e termos técnicos”, de Gildenir Carolino Santos e Célia Maria Ribeiro, uma biblioteca pode ser definida como uma coleção de livros, um edifício que dispõe de uma coleção bibliográfica para estudo, sendo este local público ou particular; um “centro de transferência de informação” que contém os mais diversos materiais; local de pesquisa, estudo e lazer; coleção organizada de diferentes bibliografias, como livros, periódicos impressos, material audiovisual ou até mesmo uma biblioteca que contém o glossário de um aplicativo.

Esta definição, igualmente encontrada em partes no “Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico”, de Maria Isabel Faria e Mara da Graça Pericão, traz também um apanhado histórico sobre a biblioteca desde os primórdios de sua criação como sendo local de guarda. Neste verbete, entende-se a biblioteca, inicialmente, como:

[...] arca, cofre, *armarium*, pequeno nicho localizado junto do templo onde eram guardados os livros que eram frequentemente necessários ao culto e a leitura complementar; lugar onde os livros são guardados; em sentido mais lato, local de guarda e de manuseio de material escrito. Tem-se notícia deste conceito desde os tempos recuados de 3000 a.C., na Mesopotâmia, com a escrita apresentada em placas de argila (Faria; Pericão, 2006, p.99).

As definições mencionadas mostram diferentes formas de compreensão sobre o que é uma biblioteca. Cunha (2010) apresenta aquilo que seria o significado original da palavra, e como essa foi se modificando ao longo do tempo, não capturando a complexidade e a função social que essa instituição realmente representa. No entanto, o significado apresentado pelo autor representa o papel da biblioteca no início de sua criação. Essa visão, embora restrita e literal, é importante para compreender os primórdios desse espaço, enquanto as definições dos dicionários de biblioteconomia permitem compreender como o conceito se transformou com o passar do tempo.

Através das definições expostas, entende-se que a biblioteca surge da necessidade de armazenar informações. Com o propósito de reter informação encontrável, traz a necessidade de um local de armazenamento do que foi produzido.

Assim, de acordo com Luís Milanesi, em seu livro “Biblioteca”, tem-se uma ideia primitiva de biblioteca como sendo “o resultado do desejo e da necessidade quase instintiva de poder utilizar várias vezes uma informação que pudesse ser significativa” (Milanesi, 2013, p. 23).

Como exposto anteriormente, inicialmente, as “bibliotecas” são mais semelhantes a “depósitos de textos” que guardam documentos com novos suportes, de acordo com Frédéric Barbier:

O surgimento dos primeiros depósitos de textos como seriam chamadas as bibliotecas dataria da metade do quarto milênio, e visaria a estocar documentos que se apresentam com formas novas: não mais estelas gravadas nem documentos pintados, portanto acessíveis, de alguma maneira, a todo o exterior, mas suportes mais modestos, tabuinhas de argila e de cera, rolos de papiro etc., que podem ser armazenados e organizados para que se possa fazer referência a eles. (Barbier, 2018, p.30-3)

Frédéric Barbier aponta que o surgimento e o desenvolvimento das bibliotecas estão muito além do domínio da escrita pela sociedade. Essa escrita precisa alcançar um nível adequado de disseminação, além da utilização de maneira comum, mesmo que seja restrita a uma minoria da população. Isso demonstra que as bibliotecas surgem não só como repositórios de conhecimento, mas também como resultado de uma cultura onde a comunicação escrita já possui relevância (Barbier, 2018).

Assim, podemos perceber a importância da articulação entre o desenvolvimento das bibliotecas e a alfabetização de grupos específicos, que mantêm e acessam esse conhecimento.

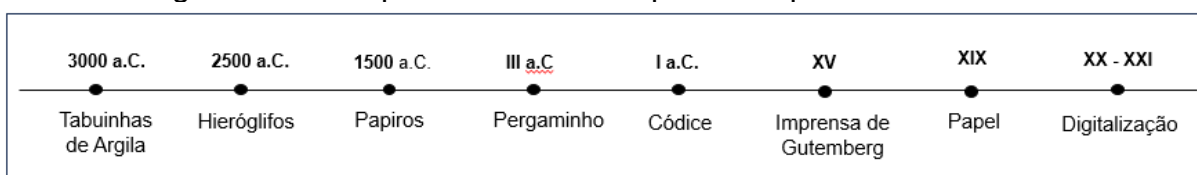
Outra característica das bibliotecas tidas como depósitos de livros, inicialmente, é a sua estrutura. O escritor Wilson Martins (2001), em seu livro “A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca”, afirma que a biblioteca até o fim da Idade Média tem a característica de “esconder os livros”. O autor usa um exemplo da grande biblioteca de Nínive: “[...] o depósito de livros não tem saída para o exterior – a sua única porta parece dar, ao contrário, para o interior do edifício, para o lugar onde viviam ou onde permaneciam os grandes sacerdotes.” (Martins, 2001, p. 72)

O suporte documental, desde tabuinhas de argila ou cera, papiros, pergaminhos e papel, foi um catalisador na evolução das bibliotecas. Ele permitiu que esses espaços deixassem de ser meros 'depósitos de textos' e se transformassem em locais de disseminação e produção de conhecimento. Até meados de 1450, a reprodução de textos era feita apenas por meio da cópia manual. Com o advento da prensa de Gutenberg, surgiu uma nova possibilidade de confecção de livros, tornando-

os mais acessíveis devido à alta produção e à diminuição do tempo de reprodução, graças à oficina tipográfica (Chartier, 1998).

Ao longo da história, a evolução dos suportes documentais reflete as transformações nas práticas de registro e preservação do conhecimento. A linha do tempo apresentada na figura 1 exprime a significativa evolução dos suportes desde os primeiros sistemas de escrita, com a escrita cuneiforme, até a digital. Assim, dar-se-á início à introdução da evolução das bibliotecas, consequência da necessidade de organizar o registro escrito.

Figura 1 – Exemplo de linha do tempo dos suportes documentais



Fonte: Autoria própria, 2024.

Compreender a importância dos suportes documentais pede, também, que seja considerada a evolução da escrita e o quanto esta foi importante. Como mencionado, a escrita estava presente e era amplamente utilizada em civilizações urbanas desenvolvidas. Ela não se limitava a ser uma ferramenta de comunicação, mas também atendia à necessidade de transmitir e preservar o conhecimento (Barbier, 2018).

Com a evolução da escrita, que deixou de se limitar à comunicação por meio de pinturas e passou a utilizar suportes mais simples – tabuinhas de argila (figura 2) ou cera, e, posteriormente, rolos de papiro –, eram utilizados, nestes novos suportes, signos cuneiformes e hieróglifos para realizar os registros, uma tarefa desempenhada predominantemente por escribas. Dominavam, também, a escrita e leitura, outros grupos sociais, como “altos dignatários, administradores, funcionários, negociantes e até oficiais superiores” (Barbier, 2018). Assim, surgem, a partir do quarto milênio, os chamados “depósitos de textos”, com a finalidade de organizar e armazenar estes novos suportes.

Figura 2 – Series: Library of Ashurbanipal



Fonte - British Museum, 2024

Eram tratados como depósitos de textos, pois, de acordo com Barbier, “[...] nem todos [os depósitos] seguem um programa que orientaria e delimitaria a constituição de coleções destinadas a serem conservadas [...]”. Neste período, pode-se considerar, de acordo com os paradigmas relacionados às bibliotecas de Perroti, que será abordado brevemente neste trabalho, uma biblioteca de conservação, acessada por poucos e com intuito de preservar diferentes coleções e assuntos.

A biblioteca de Nínive, descoberta a partir de 1850, pertencente ao rei Assurbanipal (668-627 a.C), contava com cerca de trinta mil tabuinhas, contendo os mais diversos assuntos: de literatura, religião, ciências, etc. As tabuinhas de argila já possuíam uma classificação por assunto e sua identificação era focada na sua localização dentro do acervo. Havia uma espécie de catálogo em que se registravam os diversos assuntos (Battles apud Santos, 2012). É esta importante e pioneira biblioteca que prenuncia o que será estabelecido em Alexandria (Barbier, 2018). Localizada na Ásia Menor, a biblioteca de Pérgamo é também de grande importância para a história. De acordo com Santos (2012), ela foi “Fundada por Átalo I e seguida por seu filho, Eumenes II, [...] fazia parte do projeto real de converter Pérgamo em um centro crítico e literário de toda a Ásia Menor.” Outra importante biblioteca encontrava-se na Grécia, de caráter “público”, e foi fundada por Pisístrato. No entanto, ainda de acordo com o autor:

Muitos historiadores, porém, mantêm um grande mutismo em relação às bibliotecas gregas devido ao fato de que a maior parte das bibliotecas estariam nas mãos de particulares e, devido a isso, há pouco a ser relatado sob suas características ou outros aspectos. Além disso, grandes quantidades de volumes foram transferidas para a Biblioteca de Alexandria. (Santos, 2012, p.178)

A tradição da oralidade era muito presente na época, no entanto, Barbier (2018) escreve que “Plutarco nos conta que Licurgo, legislador mítico de Esparta, foi o primeiro que teria feito copiar os poemas homéricos [...] inaugurando assim a passagem da literatura oral para a referência escrita.”

Mesmo com as bibliotecas ditas públicas, com a grande maioria da população sendo analfabeta, apenas uma pequena parcela de intelectuais e ricos tinha o domínio de uma cultura avançada e uma relação com o livro (Barbier, 2018).

Em 280 a.C., no Egito, surge a importante biblioteca de Alexandria: a mais conhecida biblioteca da Antiguidade. A biblioteca de Alexandria continha cerca de 700.000 papiros – não de obras únicas, pois algumas obras tinham mais de um papiro – em sua maioria, mas também possuía pergaminhos, material também presente na época. Santos escreve que a biblioteca foi criada:

[...] pelo fundador da dinastia Ptolomaica (ou Lágida) do Egito, Ptolomeu I Sóter (o Salvador). Tudo indica que o erguimento daquele magnífico edifício, nas proximidades do palácio real, deveu-se à insistência de Demétrio de Falera, um talentoso filósofo que encheu os ouvidos de Ptolomeu para que ele tornasse Alexandria, uma rival cultural de Atenas. (Santos, 2012, p.180)

A biblioteca era dividida em duas partes e, em um bairro chamado Bruchim, estavam abrigados 400 mil volumes e trezentos outros 1.000 volumes, sendo estas novas aquisições. Elas eram parte de uma biblioteca complementar no bairro Serápio (Martins, 2001).

De acordo com Barbier (2018), para Ptolomeu I, atribuíam-se à biblioteca de Alexandria, inspirada em modelos atenienses, o objetivo de ser uma biblioteca de “vocação universal”, com atividades de ensino e pesquisa. Com diferentes coleções de documentos, também atuava como “museu” devido à sua função abrangente como um centro de saber. Esse termo é dado porque era um local que ia além da guarda de livros, sendo local de aprendizado, pesquisa, ensino e colaboração entre os estudiosos.

A biblioteca tinha seu acervo organizado por etiquetas nos rolos, presas ao umbilici – de acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p. 2802), é: umbilic-“ (radical de origem culta), antepositivo, do lat. “umbilīcus”, i 'umbigo; o que se assemelha ao umbigo pela forma; ponto central, meio', conexo com o gr. “omphalós”, ou seja, o centro do documento – contendo informações sobre o nome dos autores e título das obras, armazenados em pilhas (Santos, 2012).

Alexandria teve grande impacto no Ocidente, criando, de acordo com Barbier, um “modelo de capital cultural”, por se estabelecer como um centro político, cultural, comercial e econômico, podendo atribuir esse feito à grande produção de informação. No texto, o autor utiliza o termo “infosfera”, cunhado por Henry Desbois (apud Barbier, 2018, p. 48), que representa um conjunto de informações criadas e acessíveis em diferentes formatos. Com o interesse de Alexandria em manter sua supremacia intelectual, ela continuou a influenciar o Mediterrâneo e o Oriente.

Lamentavelmente, os incêndios que se sucederam destruíram o incomparável acervo de Alexandria. Nos registros históricos, é possível encontrar a informação de que vários incêndios ocorreram. No entanto, o terceiro incêndio relatado foi o que destruiu de vez o acervo e o local. Diz-se que o responsável por este infeliz feito foram os muçulmanos de Omar, atribuindo-se seu motivo a questões religiosas. Ademais, Martins (2001) afirma que alguns autores desmentem essa história, que os cristãos teriam criado contra os muçulmanos, com o objetivo de atribuir a eles a responsabilidade por um crime cometido pelos próprios cristãos (Martins, 2001).

O primeiro incêndio foi acidental. No entanto, o terceiro, sendo o responsável pelo incêndio, foi o bispo Teófilo, em Serapeu (templo que abrigava parte dos textos) em 400 a.C. Quando os árabes invadiram Alexandria, já não havia vestígios da biblioteca mais importante da Antiguidade.

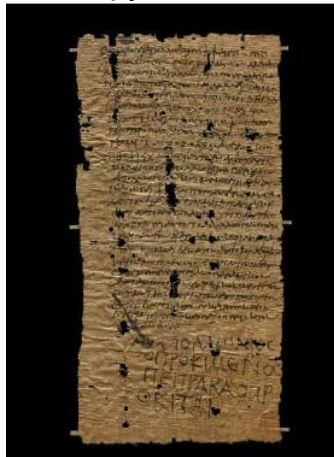
Continuando a linha do tempo, em Roma, têm-se as chamadas “Casas de Sabedoria”, sendo as bibliotecas públicas e particulares (Santos, 2012). As bibliotecas públicas de Roma foram idealizadas por Júlio César, que via importância na escrita e na disseminação deste material, na leitura, pois “para o homem que procurava o apoio popular contra as oligarquias, era interessante que esses leitores fossem o povo” (Martins, 2001, p. 78). Com a morte de Júlio César, o orador Asínio Pólio, em 39 a.C., é o responsável por realizar “a primeira biblioteca pública no átrio do templo romano da Liberdade” (Martins, 2001, p. 78).

Há, porém, uma divergência entre os autores Martins (2001) e Barbier (2018), em que o segundo afirma que a criação das bibliotecas foi, também, obra de Júlio César, que, no entanto, incumbiu Marco Terêncio Varrão de realizar a biblioteca idealizada pelo imperador, reunindo obras de valores inestimáveis.

Em relação à organização dessas bibliotecas, era feita com etiquetas para identificar o conteúdo dos documentos sem que houvesse a necessidade de

desenrolar os papiros (Milanesi, 2013). Além disso, os letrados tinham o direito de realizar empréstimos nas bibliotecas públicas (Barbier, 2018).

Figura 3 – Papyrus – Roman Period



Fonte: British Museum, 2024

Trajano fundou a Biblioteca Ulpiana após um século, uma das mais notáveis da época, juntamente com a Palatina, sendo as duas mais importantes dentre as 28 bibliotecas de Roma no século IV. Elas possuíam sistema de empréstimo (Martins, 2001). Estas bibliotecas são uma expansão dos ideais de Júlio César.

As bibliotecas da Antiguidade são a representação de uma minoria da população, sendo entendidas como “biblioteca-mundo” por Barbier (2018), posto que se tem uma população, em sua maioria, analfabeta e que não possui acesso aos livros. Com esse conceito cunhado pelo autor, entende-se que o desaparecimento da civilização causou, também, o sumiço deste “mundo” (Barbier, 2018).

Com os conflitos da época, fatores acidentais e, também, a fragilidade dos suportes documentais da época, muitos documentos se perderam. A substituição dos suportes (do papiro para o códice de pergaminho) também foi um fator de importância para a perda das obras, visto que nem todos os textos foram transliterados devido à sua importância (Barbier, 2018).

O Império Romano Ocidental, ao ser invadido pelos povos germânicos, que em sua maioria eram analfabetos, teve uma queda na produção cultural e escrita, reduzindo a circulação de manuscritos. Foi com o cristianismo que a cultura da Antiguidade e a biblioteca foram “preservadas”, no entanto, as coleções foram reformuladas e as tradições intelectuais da Antiguidade foram modificadas, tendo apenas documentos considerados relevantes pela igreja preservados e disseminados (Barbier, 2018). Assim, inicia-se um novo período para as bibliotecas.

O acesso às bibliotecas na Idade Média continuava restrito, assim como na Antiguidade. A diferença entre os períodos estava na tipologia das bibliotecas: Monásticas, Particulares e Universitárias (Martins, 2001). Segundo Martins:

Até a Renascença, as bibliotecas não estão à disposição dos profanos: são organismos mais ou menos sagrados, ou, pelo menos, religiosos, a que têm acesso apenas os que fazem parte de uma certa “ordem”, de um “corpo” igualmente religioso ou sagrado. (Martins, 2001, p. 71)

Ainda de acordo com o autor, a biblioteca seguiu sendo um “depósito de livros até o fim da Idade Média, tendo seu acesso restrito, ‘escondendo’ os livros e limitando sua utilização. Até sua localização diz respeito aos ideais da época, sendo que essas bibliotecas se encontravam no interior dos conventos, dificultando o acesso aos considerados profanos. Martins ainda segue dizendo que a ideia de leitor não é como conhecemos atualmente, posto que na Idade Média não havia leitores comuns.”

Os suportes documentais também foram substituídos com forte influência dos cristãos, que passaram a utilizar os códices – de acordo com o Dicionário Michaelis Online, um códice é, “por ext., conjunto de folhas de pergaminho, manuscritas, ligadas por cadarços ou cordões, formando uma espécie de livro” (Michaelis, 2024) – sendo os livros cristãos reproduzidos em pergaminho e substituindo o volumen. Segundo o Dicionário Michaelis Online, volume, em contexto bibliográfico, é “entre os antigos, manuscrito enrolado em volta de um cilindro, geralmente de madeira” (Michaelis, 2024) (Barbier, 2018).

As bibliotecas monásticas surgiram durante a Idade Média em mosteiros e conventos cristãos, principalmente no século IV. A preservação de textos religiosos e clássicos era uma das características e objetivos dessas bibliotecas. A transliteração dos textos era realizada por monges copistas: os escribas.

O local de guarda dos livros nas bibliotecas monásticas assemelha-se mais a armários que têm como intuito proteger os códices, que ficam acorrentados. O acesso a essas bibliotecas é restrito, e elas não têm o intuito de disseminar a informação, mas sim de preservar os documentos. A mudança dos suportes mostra-se importante ao acesso aos materiais, no entanto, muitos volumes foram perdidos (Martins, 2001).

As bibliotecas monásticas desempenhavam um papel importante na preservação do conhecimento, conservando as bibliotecas existentes. Este pensamento era predominante entre o clero na Idade Média. Os mosteiros tinham os monges copistas, escribas, que eram fundamentais na preservação de livros e manuscritos, sendo essas obras clássicas, religiosas e documentos legais, realizando

a transliteração dos textos antigos, garantindo a existência e preservação desses textos da Antiguidade que eram, à época, considerados heréticos e problemáticos (Martins, 2001).

Segundo Martins (2001), apesar da visão religiosa impiedosa em relação aos textos que consideravam impróprios, foi graças ao pensamento de preservação que, transcendendo às falhas morais, a dedicação à cultura e à educação fez com que muitos documentos fossem preservados e copiados.

As bibliotecas do Oriente, em Bizâncio, também mantidas por monges, foram de grande importância para a preservação de diferentes conhecimentos; além dos textos religiosos, elas também continham documentos considerados profanos. Segundo Martins:

É justamente a fuga desses monges e desses sábios de Bizâncio para o ocidente, trazendo os seus manuscritos e os seus conhecimentos, por ocasião da tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, que provocará a Renascença e, por consequência, o fim da Idade Média (Martins, 2001, p.86)

De acordo com Barbier (2018), Bizâncio é herdeira da Romênia imperial e também é um império grego que se prolongou por cerca de um milênio. São encontradas as bibliotecas privadas em grande número e é em Constantinopla que se encontra “o maior polo da economia do livro e das bibliotecas com a biblioteca do imperador” (Barbier, 2018, p. 82), que seria, a princípio, utilizada não apenas pelo imperador e por sua família, mas acredita-se que eruditos, funcionários do palácio e sábios tinham acesso a ela. Teria sido organizada por Constâncio II no ano de 357 “tendo como objetivo constituir na capital um polo de conservação e estudo dos clássicos” (Barbier, 2018, p. 83).

As bibliotecas bizantinas também tinham um importante papel na educação, sendo centros de ensino para monges e estudiosos, onde se estudavam textos clássicos, gregos e latinos, além de obras filosóficas, não se limitando apenas ao estudo de textos religiosos. Em relação às bibliotecas particulares que seriam, mais tarde, transformadas em bibliotecas oficiais, estas eram mantidas por imperadores e grandes senhores e encontradas em Constantinopla (Martins, 2001). Barbier (2018) aponta que “A biblioteca foi organizada por Constâncio II em 357, tendo como objetivo constituir na capital um polo de conservação e de estudo dos clássicos” (Barbier, 2018, p. 82-83).

Wilson Martins (2001) ressalta a grande importância e influência dos sábios bizantinos para o renascimento e das bibliotecas que preservaram a cultura grega helenística, em contraste com os textos das bibliotecas ocidentais, que possuíam foco em literatura latina. A descoberta da cultura grega no Ocidente foi o que possibilitou esse movimento cultural, havendo uma revolução intelectual graças à preservação e difusão desses textos.

Com o importante papel desempenhado pela preservação cultural em Bizâncio, textos religiosos e ditos profanos foram preservados e difundidos pelos monges e sábios que foram os responsáveis pela propagação da cultura Antiga no Ocidente. Com a queda do Império Bizantino, esses intelectuais migraram para o Ocidente e, como relatado anteriormente, foram os responsáveis por um novo movimento cultural e intelectual, afetando, também, as bibliotecas.

Com Constantinopla tomada pelos otomanos em 1453 (Barbier, 2018), ocasionou a fuga dos intelectuais, que levaram consigo a tradição clássica grega nos manuscritos e demais textos que não eram amplamente conhecidos no Ocidente. Este grande montante de conhecimento foi o responsável por influenciar o movimento renascentista, posto que possibilitou a redescoberta de obras científicas, literárias e filosóficas fundamentais para este movimento. No movimento renascentista, as bibliotecas passaram não só a preservar os documentos, como também a disseminá-los, tendo um papel central na disseminação do conhecimento.

Desta feita, nota-se que o Império Bizantino desempenhou um papel crucial conservando o conhecimento clássico greco-romano, influenciando, de certa forma, as bibliotecas universitárias que surgiram na Idade Média, marcando um novo período para as bibliotecas.

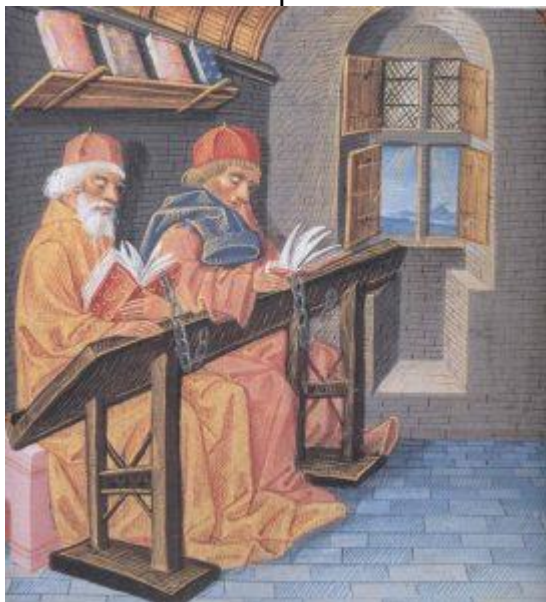
De acordo com Martins (2001), o surgimento das universidades é o responsável pelo novo destino da civilização e dos livros: “Ao redor ou para satisfazer às necessidades da Universidade de Paris – e apontando, desde logo, para a laicização que marcará, a partir dessa época, a evolução da cultura ocidental [...]” (Martins, 2001, p. 89).

As primeiras universidades foram criadas a partir do século XI em Bolonha e Paris, e depois em Oxford no ano de 1167, propagando-se pela Europa Ocidental e Central (Barbier, 2018). No entanto, de acordo com Barbier (2018), essas instituições não dispunham de bibliotecas, fazendo com que os estudantes utilizassem as bibliotecas de abadias, monásticas e capitulares. Ainda de acordo com o autor, é com

o surgimento dos colégios no século XIII que as bibliotecas foram disponibilizadas para os alunos, além de atenderem outras necessidades básicas.

Mesmo com o avanço da disseminação da informação e o acesso ao livro e com a criação de bibliotecas voltadas ao público estudantil, o acesso aos materiais ainda era restrito e controlado. O mobiliário era limitante, “*elas não facilitam a consulta simultânea de vários volumes, e permanecemos imersos numa lógica na qual a memória individual e até a oralização desempenham o papel decisivo*” (Barbier, 2018, p. 119). Os volumes que estavam disponíveis nas bibliotecas encontravam-se acorrentados (figura 4 e 5).

Figura 4 – Mobiliário e o dispositivo do livro acorrentado



Fonte: Adaptado de Frédéric Barbier, 2018

Figura 5 – Livro acorrentado da Biblioteca Malatestiana



Fonte: Extraído de Dicopathe, 2024

Este método de acorrentar os livros foi implementado para garantir a consulta pública sem que fossem roubados. É uma prática que pode ser entendida como resultado do alto valor dos livros, mas que limitava o acesso aos documentos.

Segundo Barbier (2018), é com o aumento da demanda por materiais bibliográficos e com a multiplicação de escolas e demais instituições de ensino que, na Idade Média tardia, a escrita e o livro passam por um processo de transformação, resultado de diferentes fatores, como cultura, sociedade e tecnologia, que foram responsáveis por uma nova dinâmica de acesso ao conhecimento:

A idade média tardia vê ser imposta uma conjuntura progressivamente renovada no setor da escrita e do livro. É, primeiramente, "renascença escribal", com o aumento da demanda, a multiplicação das pequenas escolas e outras estruturas instituições de ensino, e com a divulgação de um novo suporte, mais fácil de fabricar e menos caro que o pergaminho, ou seja, o papel. No século XIV, a preocupação se faz mais evidente entre os intelectuais [...] (Barbier, 2018, p.133)

Esta preocupação faz com que surjam novas bibliotecas de referência e, com os novos suportes documentais existentes, "primeiramente as gravuras em madeira, às vezes libretos xilográficos, são também as múltiplas tentativas de aperfeiçoamento de técnicas prototipográficas" (Barbier, 2018, p.133). No entanto, é a invenção da prensa de Gutenberg que revolucionou o acesso aos livros (Barbier, 2018).

Voltando à importante discussão sobre os suportes documentais, o papel foi um importante meio para a democratização do livro. Desde o século II d.C., este suporte era utilizado na China, tendo sua introdução na Europa pré-Renascentista apenas no final da Idade Média, sendo fabricado a partir do século XIII, visto que, para os europeus, era um material frágil para registrar os textos escritos à mão e, também, viam o pergaminho como um material "nobre, resistente, durável e adequado à caligrafia e iluminuras" (Milanesi, 2013, p. 26).

Por ser um material barato, se antes a escrita era limitada aos nobres e religiosos, com o novo suporte mais acessível, foi possível que outras classes sociais passassem a acessar a escrita e produzir sua própria cópia de textos (Milanesi, 2013). De acordo com Milanesi:

O livro, com as transformações da sociedade europeia da pré-Renascença, projetou-se como um instrumento fundamental para a circulação de ideias. De um bem para iniciados, caríssima propriedade de nobres e de ordem religiosas ricas, tornou-se um bem progressivamente mais acessível e de disseminação mais ampla. (Milanesi, 2013, p. 27)

É com a imprensa de Gutenberg com tipos móveis e a fabricação de papel com fibras vegetais que houve um expressivo aumento na produção dos livros, devido ao baixo custo de sua produção. O que antes era raro passou a ser acessível: "O manuscrito de poucos, revestido de sacralidade, tornou-se profano pela reprodução e

pelas tiragens progressivamente maiores” (Milanesi, 2013, p. 27), tirando o monopólio do conhecimento das classes altas e dos religiosos.

No período Renascentista, ocorre o aumento e ampliação de bibliotecas devido à alta produção de materiais bibliográficos, sendo necessário pensar uma nova forma de reestruturar as bibliotecas. Segundo Milanesi:

As pequenas salas com livros com livros acorrentados e com ar de capela não eram mais suficientes. A mudança do caráter dos livros, de religioso e reservado para um instrumento de conhecimento segmentado, refletiu-se com clareza na ideia de coleção dentro da diversidade de assuntos. Grandes bibliotecas, nas maiores cidades europeias, iniciaram-se nesse período fértil de revelação, não mais nas transcendências religiosas, mas no homem e na natureza. (Milanesi, 2013, p.29)

Segundo o autor, esta mudança importante ocorrida no Renascimento fez com que as bibliotecas também reestruturassem a organização do acervo, reorganizando a classificação dos livros que eram produzidos em demasia. É neste período da história que a figura do bibliotecário se faz ainda mais presente para organizar os livros, encontrando novas formas de “[...] *vencer o caos que ameaçava confundir de vez os que precisam encontrar nos livros respostas para suas dúvidas ou, simplesmente, enlevar-se*” (Milanesi, 2013, p. 29).

Ainda durante o Renascimento, a biblioteca passou a ser vista como um espaço humanista que acompanhava a mudança cultural que estava ocorrendo na sociedade europeia. De acordo com Frédéric Barbier (2018), o conceito de "república das letras" traz uma nova visão das bibliotecas como redes sociais solidárias em que a circulação de ideias e de reconhecimento eram muito importantes.

Essas bibliotecas disponibilizavam mais do que apenas livros e coleções para uso comum, elas também eram espaços de encontro e troca intelectual, permitindo a colaboração entre as pessoas que frequentavam seus espaços. Além dos livros, esses espaços começaram a possuir, também, coleções de arte e objetos antigos, tornando-se um centro de cultura e troca de conhecimento. Dessa forma, havia uma ligação entre as bibliotecas, a cultura letrada e a sociedade renascentista, tudo debaixo do ideal humanista de democratizar o conhecimento.

Finalizando o entendimento sobre o período renascentista, Martins (2001) a descreve:

A renascença foi, antes de mais nada, um movimento capitalista e urbano, ao contrário da Idade Média, que era corporativa e rural; ela foi burguesa e não feudal, liberal e não autoritária, aristocrática nos sentimentos e não apenas nas instituições, democrática porque reconhece pela primeira vez, a Antiguidade, a existência do povo, individualística e não anonimadora,

fundada mais na consciência implícita dos direitos do que nos mandamentos explícitos dos deveres, guiada, em suma, por uma tábua de valores completamente diferente e muitas vezes opostas à da Idade Média. (Martins, 2001, p. 193-194)

Como mencionadas no texto de Wilson Martins (2001), essas características da Renascença foram fundamentais para a criação de bases que ampliariam o acesso ao livro por diferentes classes sociais. Como visto, com o advento da invenção da imprensa, os livros tornaram-se instrumentos acessíveis a um público crescente e, nos séculos seguintes, possibilitariam a democratização do conhecimento. Neste período, então, não houve apenas o aumento dos livros, como também o crescente acesso social e cultural ao saber escrito.

As bibliotecas passaram por significativas transformações também por consequência dos avanços dos ideais iluministas e com o advento da Idade Moderna. Devido ao progresso científico e pensamento racionalista, as bibliotecas passaram a assumir um papel ainda maior de difusoras do conhecimento, representando os ideais da época.

Com a chegada da Revolução Industrial, as mudanças sociais apresentavam um novo cenário: o conhecimento passou a desempenhar um papel prático e estratégico, respondendo às demandas de uma sociedade industrializada e em rápida expansão. Barbier (2018) afirma que as bibliotecas, ao longo dos séculos, têm sido associadas não apenas ao saber, mas também ao poder. Particularmente nos séculos XIX e XX, essa relação se fortalece na educação, identidade coletiva, distinção cultural e na crescente intervenção do Estado na definição de funções públicas.

Ainda de acordo com o autor, a educação passa a ser prioridade em todos os níveis, da formação básica até a educação técnica e também superior. Após 1789, na França, decisões significativas são tomadas, como a criação de novos liceus em 1802 e a reorganização da universidade em 1808. O sistema de ensino também passa por reformas na Alemanha, com a introdução de um sistema de educação pública que diferencia diferentes tipos de aprendizado, como o físico, estético, intelectual e o prático, sendo influenciado pelas igrejas, escolas e bibliotecas.

Essas bibliotecas que surgem nas cidades e vilarejos rurais têm como função apoiar o ensino, oferecendo uma literatura direcionada a objetivos específicos, ao invés de uma literatura neutra. Apesar de suas coleções serem limitadas, as bibliotecas se tornam ferramentas essenciais para a construção e afirmação da identidade coletiva.

Já no século XX, tratando-se da biblioteca moderna, de acordo com Martins (2001), esta passa a tentar servir a todos os homens, sendo aberta ao grande público, tentando atender a todas as solicitações, dando surgimento às coleções especializadas, sendo que estas respondiam à necessidade de grupos únicos e específicos. Ainda de acordo com o autor:

[...] a biblioteca moderna não apenas abriu largamente as portas, mas ainda sai à procura de leitores; não apenas quer servir ao indivíduo isolado, proporcionando-lhe a leitura, o instrumento, a informação de que necessita, mas ainda deseja satisfazer às necessidades do grupo, assumindo voluntariamente o papel de um órgão sobrecarregado, dinâmico e multiforme da coletividade. (Martins, 2001, p. 325)

Portanto, a biblioteca moderna, conforme Martins, se torna uma peça muito importante e ativa na educação e, também, na formação de uma cidadania plena através da ampliação dos serviços oferecidos, assim como da diversificação de acervo, com o objetivo de atender um público diverso, com diferentes interesses, conhecimentos e, também, necessidades.

As bibliotecas, conforme introduzem coleções especializadas, passam a atender as necessidades de grupos específicos, além de também atuarem de modo a permitir a inclusão de parte da sociedade que não pertencia à elite. Tem-se, assim, a transição de uma biblioteca de caráter elitista e restrito para um modelo mais inclusivo, orientado por um projeto de igualdade e participação social.

Através desse novo papel das bibliotecas, também há uma transformação na forma como esta é percebida, passando de um simples repositório de informações para um centro que realiza a mediação entre o saber e os diferentes grupos sociais que a frequentam. O foco na busca ativa por leitores, bem como a preocupação com as necessidades informacionais do coletivo, é características que mostram uma mudança importante na missão das bibliotecas, em que elas se tornam mais do que apenas locais de acolhimento de conteúdos, mas também centros de interação, onde o acesso ao conhecimento e à cultura se torna um direito que é compartilhado por todos, independentemente de sua condição social, econômica ou cultural.

Portanto, as bibliotecas modernas, como observa Martins (2001), não só se adaptam às exigências de uma sociedade que está em constante transformação, mas também promovem a transformação da própria sociedade através da promoção da educação, do conhecimento e da inclusão. Esse papel complexo exige, então, das bibliotecas um compromisso de atualização dos recursos de que estas dispõem, de tecnologias e de metodologias, além de uma capacidade de acolher e compreender

as necessidades da comunidade, passando a ser instrumentos essenciais para a construção de uma sociedade democrática.

Faz-se necessário ressaltar que, embora a história das bibliotecas tenha tido seu desenvolvimento de forma mais estruturada na Europa, no Brasil, as transformações sociais que influenciaram as bibliotecas ecoaram na história brasileira, mas, no entanto, com suas próprias características.

Após um longo período de colonização e influência portuguesa, conforme o Brasil se aproximava da modernidade, principalmente com a Independência e o início da República, o país começou a adotar influências europeias, como a criação de bibliotecas públicas e universidades, dessa forma refletindo o movimento de democratização do saber que estava acontecendo no Ocidente. De acordo com Milanese (1983):

Nas primeiras décadas do século 20 houve proliferação de pequenas bibliotecas, um reflexo atenuado da tendência europeia desde o século anterior de se organizar bibliotecas populares. Aparecem as bibliotecas com benefício social, organizadas por associações e tendo sempre um patrono com uma coluna mestra do empreendimento. A ação governamental em relação a essas bibliotecas é fraca. Os governos sempre tomaram a iniciativa de doar livros como se isso pudesse ser um estímulo fortalecimento delas. O esforço a partir de indivíduos ou de grupos que se organizavam. Em alguns casos outras vezes ocorreu o oposto: criava-se uma biblioteca dentro de uma entidade cujo fim precípua não era organizá-la. (Milanesi, 1983, p. 37)

Assim, as bibliotecas brasileiras foram se expandindo lentamente, buscando atender não só à elite, mas também à população urbana que crescia cada vez mais, sendo que as camadas populares também acabavam tendo acesso. Dessa forma, a biblioteca acaba ampliando suas funções, que estavam além do simples armazenamento de livros, mas também como centros culturais e educacionais essenciais para o desenvolvimento social.

Desta forma, a história das bibliotecas mostra uma evolução de avanços e retrocessos sociais e políticas, e como as bibliotecas se adaptaram às diferentes transformações sociais, culturais e políticas ao longo dos anos. Desde os primórdios, como sendo um “depósito de livros”, até sua função de disseminadora do saber e, também, para preservar o conhecimento, ela evoluiu para atender diferentes funções educacionais da sociedade do conhecimento.

No entanto, essa mudança nem sempre se deu por igual, ao passo que a exclusão de determinados grupos sociais, ao longo da história, mostra a permanência das desigualdades estruturais que continuam a desafiar o adequado cumprimento de

seu papel na sociedade contemporânea. Mesmo com as dificuldades enfrentadas, as bibliotecas continuam a preservar a memória social, preservando o conhecimento entre diferentes gerações e fomentando a disseminação do conhecimento de acordo com as suas tipologias.

4 O PAPEL DA BIBLIOTECA COMO DISSEMINADORA DA INFORMAÇÃO

O caminho que a humanidade percorreu para se tornar uma “sociedade do conhecimento” é tortuoso, havendo momentos decisivos que acabam marcando a história do conhecimento, como é o caso da prensa de Gutenberg, que permitiu uma rápida expansão e difusão de conhecimentos que antes se restringiam às academias e a grupos seletos de nobres e demais pessoas, e da Enciclopédia de Diderot, como grande tentativa de organizar o conhecimento produzido até então e torná-lo mais acessível ao público letrado de um modo geral; o Iluminismo, em que há a transição do conhecimento da esfera particular para a esfera pública. Muito embora as universidades ainda apresentem papel fundamental na produção e divulgação do conhecimento, há um rompimento do monopólio do conhecimento com o avanço dos ideais iluministas.

O papel de destaque das universidades como detentoras do conhecimento se assegura em toda a história deste, sendo uma das questões centrais o desenvolvimento do currículo acadêmico com o passar do tempo e o desenvolvimento das ciências – como ocorre com a divisão do primeiro grau do ensino medieval em trivium e quadrivium. Apesar de o desenvolvimento das bibliotecas e o seu papel, tanto na guarda do conhecimento quanto, posteriormente, na difusão deste, conforme as bibliotecas abriam o seu acervo ao público comum, não mais ficando restritas aos “homens de letras”, também ter grande importância para o desenvolvimento de sistemas de classificação.

Cabe lembrar que a ideia de “homem de letras”, presente no livro de Peter Burke (2003), *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*, que traz em si a noção de erudito, terá papel importante no desenvolvimento da história do conhecimento, posto que dará a base, conjuntamente com as universidades e as bibliotecas em seu processo de criação e difusão do conhecimento, para uma série de questões sobre o lugar do conhecimento na história, sem deixar escapar, entretanto, questões relativas à confiabilidade do conhecimento e aos momentos históricos em que este esteve em xeque, como quando o conhecimento passou a se atrelar aos interesses comerciais, em que a produção científica se traduz na força da economia do mercado que vê o conhecimento como um produto a ser vendido.

Outrossim, apresentam-se questões relacionadas à precificação do conhecimento, como o Copyright Act britânico de 1709, cuja proposta consistia em

estimular a produção de livros “úteis”, em que se procurava diminuir a produção de romances e aumentar os conhecimentos científicos que pudessem se traduzir em técnicas destinadas à produção de bens de consumo e quaisquer outros produtos que pudessem ser traduzidos em valor monetário para o sistema mercantilista.

A institucionalização do conhecimento, além de seu domínio e controle, acabou restringindo o conhecimento, inicialmente, à universidade e às bibliotecas, locais onde apenas um seleto grupo tinha livre acesso e circulação, e, posteriormente, o impacto da Igreja e do Estado, que tentavam delimitar quais áreas do conhecimento seriam incentivadas e desenvolvidas e quais seriam cerceadas e apagadas da história, como foi o caso do *Index Librorum Prohibitorum*, promovido pela Igreja Católica, um catálogo de títulos, constantemente atualizado, que visava tirar de circulação quaisquer textos que promovessem ideias que se opusessem aos ensinamentos da Igreja ou que colocassem em dúvida as doutrinas da Santa Igreja Católica.

É pela importância dos *Index* da Igreja que se têm, na história da biblioteconomia, discussões referentes à sistematização do conhecimento por meio das obras de referência, além de se pontuar o papel e a importância do leitor nesse processo, pois, assim como a Enciclopédia viria para ordenar e registrar o conhecimento humano, também as obras de referência teriam por princípio orientar o leitor e facilitar o processo de recuperação da informação.

A rápida e crescente produção e impressão de material escrito, por mais que tivesse seu papel assegurado pelos interesses econômicos, viria a forçar as bibliotecas a se adequarem a essa nova realidade permitida pela prensa de Gutenberg, em que a disseminação do conhecimento não dependeria mais do trabalho dos copiadore s, e as informações teriam mais livre acesso na sociedade, conforme contribuía m para o desenvolvimento de uma espécie de cultura de leitores.

Considerando-se a aquisição e apropriação de conhecimento, na atualidade, não pelos teóricos, pelos “homens de letras”, mas pelo público comum, a quem se destina boa parte da produção de material impresso – apesar de certas teorias serem articuladas muito mais para uma conversa apenas dentro da academia, deixando o público leigo, ou os que ficaram à parte do sistema de educação formal, de fora –, também terão impacto na história do conhecimento humano, por mais que não lhes caiba o papel principal de articuladores dessa trama.

5 BIBLIOTECAS: TIPOLOGIAS E CARACTERÍSTICAS

Pensando no importante papel da biblioteca para a manutenção e construção de uma sociedade do conhecimento, pode-se discutir o papel que as bibliotecas públicas e comunitárias exercem na sociedade, buscando entender a que se propõe cada tipologia e tendo como foco principal o entendimento do papel da biblioteca comunitária e sua diferenciação da biblioteca pública, ao passo que ambas são comumente confundidas em suas definições e papéis que desempenham na sociedade, mas que, no entanto, a biblioteca comunitária apresenta em suas atividades e funções que vão além da disseminação da informação, tendo como principais atribuições as “ações culturais” por meio de uma ação e construção autônoma (Machado, 2009).

Faz-se necessário discutir as tipologias de biblioteca pública e comunitária para, então, prosseguir com o desenvolvimento do trabalho, posto que, nas bibliografias levantadas, percebe-se que a distinção entre os termos não é clara ao tratar-se de biblioteca comunitária e, por exemplo, alternativa, ou quando o termo “comunitária” é tido como uma variante da biblioteca pública, que, no entanto, é gerida pela comunidade e não pelo Estado.

É através da perspectiva histórica de como tudo se transformou ao longo dos tempos, da importância da evolução social, alfabetização, do empoderamento social através da leitura e do acesso à informação que a biblioteca se transformou e surgiram diferentes tipologias com propósitos específicos, mas que, no entanto, têm um papel primordial na sociedade.

É de suma importância discorrer sobre a evolução da biblioteca ao longo da história, posto que irá mostrar as diferentes necessidades e perspectivas sociais que levaram à adaptação das bibliotecas ao longo dos tempos. Pode-se citar as bibliotecas públicas na Antiguidade, abertas apenas ao público letrado e que tinham importância na sociedade – como citado anteriormente – e que, ao longo da história, tornaram-se um espaço que busca a democratização do acesso à informação para diferentes camadas sociais.

A definição das tipologias é necessária para o entendimento do papel de diferentes tipos de biblioteca, para que suas práticas, funcionamento, atuação social e gestão sejam entendidos e aplicados conforme as necessidades dos usuários e do cenário social em que se encontram.

Os diferentes tipos de biblioteca apresentam importante papel social de acordo com sua categoria, cada uma apresenta uma funcionalidade, em que será tratado brevemente, porém, com a devida atenção para o entendimento das tipologias específicas – pública e comunitária – que serão tratadas neste trabalho.

As diferentes tipologias de biblioteca desempenham um papel necessário para a sociedade, cada qual com sua especificidade. Como visto, ao longo da história, as bibliotecas partiram de um poder centralizado que pertencia a um grupo social privilegiado, passando, devido às revoluções e períodos históricos, ao pertencimento da sociedade.

Para que haja um comparativo entre as bibliotecas pública e comunitária e o entendimento do papel de ambas na sociedade, faz-se necessária a distinção de ambas, comparadas às demais tipologias, para que cada uma tenha seu papel definido. Desta forma, de acordo com o “Dicionário do Livro”, tem-se as seguintes definições:

Biblioteca escolar:

biblioteca que serve à população estudantil de instituições educativas como universidades, institutos politécnicos, colégios, escolas e todas as outras instituições que fazem parte delas ou lhe estão associadas. Biblioteca dependente de um estabelecimento de ensino não-superior, que é destinada a alunos, professores ou funcionários desse estabelecimento e que pode também estar aberta a outro tipo de público. Responde às exigências dos programas escolares e à diversidade de gostos e necessidade dos alunos e professores. (Faria, Pericão, 2008, p.102)

Biblioteca universitária:

biblioteca serviço de uma universidade. As primeiras bibliotecas universitárias a serem criadas foram audição Domingos, na República Dominicana 1538 e, nos Estados unidos, as de Harvard 1638, 1701, Columbia e New York 1761. (Faria, Pericão, 2008, p.104)

Biblioteca especializada:

aquela que atende a necessidades concretas de informação em áreas específicas do conhecimento. Biblioteca dedicada quase exclusivamente a publicações sobre um assunto ou sobre um grupo de assuntos em particular, como ciências naturais, ciências sociais, agricultura, medicina, economia, química, direito, engenharia, etc. São exemplos de biblioteca especializadas as bibliotecas universitárias as instituições científicas, de departamento governamentais, de empresas, etc. Biblioteca que foi criada, é administrada e mantida por uma instituição oficial ou particular, que se interessa especialmente por uma determinada área do saber ou tema, com a finalidade de responder às necessidades informativas dos seus membros, pessoal ou usuários e atingir os objetivos da organização. Biblioteca independente de qualquer estabelecimento de ensino superior, cuja documentação trata especialmente de uma disciplina ou domínio específico. Pode satisfazer apenas determinados usuários ou estar aberta a qualquer pessoa que necessite de recorrer aos seus serviços. (Faria, Pericão, 2008, p. 102-103)

Biblioteca nacional:

biblioteca responsável pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações editadas num país. Pode funcionar como biblioteca de depósito legal. Este tipo de biblioteca desempenha ainda outras funções: elaborar a bibliografia nacional, manter atualizada uma coleção significativa da produção estrangeira, desempenhar o papel de centro nacional de informação bibliográfica nacional e retrospectiva, organizar catálogos coletivos, ser agência de atribuição do ISSN, etc um papel de destaque na informação científica e técnica do país que representa o serviço como a cooperação na aquisição e tratamento do documento a difusão seletiva da informação da bibliografia nacional e internacional de empréstimo estabelecer serviços centrais de referência, consulta e orientação, ser sempre para o controle bibliográfico universal, promovendo normalização e nível nacional ter funções de planificação e orientação em relação as bibliotecas do país. As primeiras bibliotecas nacionais começaram a ser fundadas no século 16 ainda não com essa designação, mas com problemas dessa época destacam de Paris (1522), Viena (1526), Berlim (1661), Madrid (1712), Museu Britânico (1753), Bogotá (1777), Quito (1792), Lisboa (1798), Buenos Aires e Washington (1800). (Faria, Pericão, 2008, p.103)

Biblioteca particular:

[...] criada e sustentada por um particular ou instituição para o seu uso exclusivo, com ausência de recursos públicos; biblioteca particular. (Faria, Pericão, 2008, p.104)

O quadro abaixo resume e compara as tipologias aqui trabalhadas:

Figura 6 – Quadro de resumo das tipologias de biblioteca

Tipologia	Objetivo Principal	Público-Alvo	Gestão
Biblioteca Escolar	Apoio ao aprendizado formal e desenvolvimento pedagógico	Estudantes, professores, comunidade escolar	Mantida por instituições educacionais e escolas
Biblioteca Especializada	Atende às necessidades informativas de áreas específicas do conhecimento	Profissionais e pesquisadores de áreas específicas	Vinculada a instituições científicas, governamentais ou empresariais
Biblioteca Particular	Preservar um acervo particular, com ausência de recursos públicos	Proprietário ou grupo privado.	Mantida por indivíduos, famílias ou empresas
Biblioteca Nacional	responsável por adquirir e preservar todas as publicações de um país, elaborando a bibliografia nacional e atuando como centro de informação bibliográfica	Pesquisadores, historiadores e cidadãos interessados na produção cultural e científica nacional e internacional.	Governamental
Biblioteca Universitária	apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão	estudantes, professores e pesquisadores	Instituições de ensino superior

Fonte: Autoria própria, 2024

As tipologias apresentadas são específicas e importantes para determinados grupos sociais. Tratando-se da biblioteca pública e comunitária, ambas atendem a um público heterogêneo, mas que, no entanto, expressam-se de forma diferente na sociedade, cada uma com um papel diferente mesmo que o foco seja atender à população.

Almeida Junior diz que “*Qualquer discussão sobre bibliotecas alternativas deve, necessariamente, como evidenciado na definição, estabelecer a Biblioteca pública tradicional como parâmetro e ponto de partida*” (Almeida Junior, 1993, p.115) portanto, é importante, antes de discorrer sobre a definição estabelecida para a biblioteca comunitária, entender o que é uma biblioteca pública a fim de compará-las.

5.1 Biblioteca Pública

A biblioteca pública é definida como local democrático de acesso igualitário aos usuários, gerida pelo Estado, visando ser um espaço que contemple a coletividade por meio de um acervo amplo, difundindo a informação, disponibilizando materiais culturais e buscando ser um espaço público. Tais definições podem ser encontradas em dicionários especializados da área, bibliografia de grande importância para o entendimento do papel desta tipologia na sociedade e como sua função pré-definida, reflete o atendimento aos usuários:

b. pública *municipal public library, popular library, public library* bib a que é posta à disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada principalmente por dotações governamentais. <=> biblioteca municipal. (Cunha, Cavalcanti, 2008, p.52)

Biblioteca Pública: [Tradução (Ing) - *Nacional library*] – O conceito de biblioteca pública é bem mais amplo que os demais. O que melhor a caracteriza é ela ser plenamente aberta a toda população local; é ser comum a todos; é destinar-se não a determinada comunidade, mas a toda coletividade e deve ter todos os gêneros de obras do interesse deste público. É nela, também, que se deve encontrar, além da literatura em geral, as informações básicas sobre a organização do governo e serviços públicos em geral, tais como: produtividade, saúde pública, fontes de emprego, etc. Além disso, uma biblioteca pública, por extensão, deve constituir-se em um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam encontrar-se, conversar, trocar ideias, discutir problemas, auto instruir-se, ter contato com os autores e outras atividades culturais e lazer. Podem ser: federais, estaduais e municipais segundo o âmbito da coletividade em que estão implantadas. (Santos; Ribeiro, 2012, p. 35-36).

O Manifesto da Biblioteca Pública de autoria da IFLA-UNESCO (2022), afirma que:

Os serviços da biblioteca pública são prestados com base na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, etnia, sexo, religião, nacionalidade, idioma, condição social e qualquer outra característica. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para aqueles usuários que não podem, por qualquer motivo, usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiência, com baixa proficiência em habilidades digitais ou de informática, com baixa escolaridade, pessoas hospitalizadas ou privadas de liberdade. (IFLA-UNESCO, 2022)

Outrossim, a biblioteca pública, de acordo com o manifesto, tem como missão

Garantir acesso para todas as pessoas ao conhecimento comunitário e oportunidades para a organização comunitária, em reconhecimento ao papel central da biblioteca no tecido social” e, dentre outras, “fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural. (IFLA-UNESCO, 2022)

Assim, este espaço destinado ao acesso à informação, construção e difusão do conhecimento, deve abranger toda a comunidade, sem distinção.

Para Almeida Junior (1993):

A biblioteca pública tradicional pode ser definida, acompanhando os textos da área, como aquela que enfatiza as funções educacional, de lazer e cultural, mas restringindo a função educacional quase que exclusivamente à educação formal, a função cultural direcionada para trabalhos vinculados a absorção de conhecimentos, visando a erudição e, por sua vez, a função de lazer simplesmente limitada ao empréstimo de livros. Além disso, o modelo tradicional prioriza o livro, enquanto suporte; elege o alfabetizado como seu único usuário e impede que a biblioteca saia de si mesma e interaja com a sociedade. (Almeida Junior, 1993, p.116)

Mesmo que o papel da biblioteca pública tenha sido idealizado como um local democrático e inclusivo, Almeida Junior (1993) salienta que as limitações que o modelo tradicional apresenta, acaba por restringir seu impacto social. Com uma política do livro voltada ao público letrado e à educação formal, a biblioteca pública tradicional acaba por não contemplar grupos não alfabetizados ou com demandas socioculturais e informacionais divergentes deste modelo, dificultando a interação entre biblioteca e sociedade, o que reduz seu papel de transformação social.

Embora tida como um espaço de acesso à toda comunidade, os desafios enfrentados pela biblioteca pública – de ordem política, econômica, institucional, etc. – limitam sua interação com os grupos marginalizados, evidenciando a necessidade de tipologias que surgem desta carência social, como as bibliotecas comunitárias.

5.2 Biblioteca Comunitária

Comumente, bibliotecas comunitárias são tidas como “alternativas” e pode-se chegar a este entendimento devido às diferentes definições encontradas nas bibliografias da área. Para Oswaldo Francisco de Almeida Junior, no livro "Bibliotecas públicas e alternativas": "Entende-se aqui por Bibliotecas Alternativas, as propostas, práticas ou teóricas, que visam alterar, modificar, transformar os trabalhos, as atividades, as posturas, as ideias das bibliotecas públicas tradicionais." (Almeida Junior, 1993, p. 115).

Apesar da contraposição entre as atividades propostas pelas bibliotecas alternativas em relação às públicas, o autor afirma que estas tipologias – entende-se que bibliotecas comunitárias e populares fazem parte das alternativas – não possuem uma definição que seja aceita consensualmente pelos pesquisadores da área, sendo, em muitos casos, estes termos entendidos como sinônimos e, ainda, podendo ser confundidos com bibliotecas públicas devido ao seu caráter social:

As bibliotecas alternativas, por sua vez, procuram fazer frente ao modelo da biblioteca pública tradicional. Há uma tipologia entre as bibliotecas alternativas, embora não totalmente consistente que as divide, de maneira genérica, em: Biblioteca Comunitária Conjunta; Biblioteca Viva; Biblioteca Ação Cultural; Biblioteca Verdadeiramente Pública; Serviços Referenciais; Centros de Documentação Popular; Bibliotecas Comunitárias e Bibliotecas Populares. As várias nomenclaturas não evidenciam ou se referem a grandes diferenças, o que nos leva a não entender muitas delas como uma categoria ou um tipo específico entre as bibliotecas alternativas. (Almeida Junior, 2013, p.85,)

Ao buscar por mais definições nas literaturas da área, o “Dicionário do Livro” caracteriza a biblioteca comunitária como uma “biblioteca autônoma” e “[...] *que não está integrada em qualquer rede de bibliotecas*” (Faria, Pericão, 2008, p. 100), sendo assim, outra definição que não trata diretamente da biblioteca “comunitária” em si, mas sim, de sua proposta que difere das demais bibliotecas.

Cunha e Cavalcanti (2008) apresentam a própria terminologia “comunitária” em sua definição, mas a caracterizam como uma espécie de biblioteca pública:

b. comunitária *community library* bib biblioteca pública que provê serviços de referência e de empréstimo, aconselhamento e outros serviços a uma comunidade específica. 2. Biblioteca pública criada e mantida por iniciativa da comunidade, sem intervenção do poder público (Cunha, Cavalcanti, 2008, p.49)

Comparada as demais tipologias, de acordo Laudino e Lorenço (2018), a definição que une as bibliotecas comunitárias “[...] é a autonomia da comunidade em resolver sua própria demanda informacional. Suas formas são orgânicas, assim como sua estrutura, organização, público e agentes.” (Laudino, Lorenço, 2018, p.5) já as demais tipologias “[...] são vistas quase sempre como um molde, o qual rege as características de uma unidade” (Laudino, Lorenço, 2018, p.5)

Esses apontamentos divergem, por exemplo, do que afirma Cunha e Cavalcanti (2008) ao denominar a biblioteca comunitária como sendo pública e, também, a definição de Almeida Junior (1993) no que tange ao papel da biblioteca pública ser limitado à educação formal, ou seja, um serviço prestado para a comunidade com materiais selecionados pelos órgãos governamentais em detrimento da formação cultural “de cima para baixo” e não com a comunidade.

Os autores Elisa Machado e Waldomiro Vergueiro (2010), apontam características que diferenciam a biblioteca comunitária da biblioteca pública, a saber:

Nessa linha de pensamento, podemos identificar algumas particularidades que as distinguem da biblioteca pública: a forma de constituição - são bibliotecas criadas **efetivamente pela** e não **para** a comunidade, como resultado de uma ação cultural; a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social; o processo de articulação local e o forte vínculo com a comunidade; a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas; e, o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação. (Machado, Vergueiro, 2010, p.6)

As definições da área são escassas. Segundo Machado e Vergueiro (2010), mesmo com seu caráter subversivo, que surge de um coletivo como “uma forma de resistência contra-hegemônica, de quase enfrentamento social [...]” (Machado e Vergueiro, 2010, p. 6), a biblioteca comunitária ainda passa despercebida pela academia. Apesar de não haver consenso entre os autores que discutem o tema quanto à definição de bibliotecas comunitárias e populares, no entanto, há um fator determinante para que estas tipologias sejam entendidas: as classes populares que as constroem (Almeida Junior, 2013).

A biblioteca comunitária possui grande relevância social. No entanto, pesquisas sobre esta tipologia são escassas e pouco recorrentes. É ainda mais perceptível esta realidade ao comparar com outros tipos de biblioteca (Rosa, Fujino, 2021). Elisa Machado (2009) traz a discussão em relação à dificuldade de se definir a terminologia de biblioteca comunitária: “[...] pois ele (termo) vem sendo empregado, pela sociedade em geral, como sinônimo de biblioteca pública e biblioteca popular [...]” (Machado, 2009, p. 81). Afirma, ainda, que esta utilização errônea do termo também ocorre no âmbito acadêmico.

Como definido por Almeida Junior (1993), no tópico 3.1.6 Biblioteca comunitária, esta tipologia pode ser entendida como biblioteca alternativa, pois sua proposta se contrapõe à biblioteca pública tradicional. De acordo com Machado (2009), em sua análise do livro *Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Alternativas*, de Almeida Junior, a autora diz que “[...] a biblioteca comunitária não pode ser caracterizada como um tipo diferente de biblioteca, pois, de modo geral, possui os mesmos objetivos e normalmente oferece os mesmos serviços que a biblioteca pública.” (Machado, 2009, p. 86-87)

No entanto, pensar a biblioteca comunitária apenas como uma tipologia semelhante à biblioteca pública, diferindo apenas na gestão – a primeira é gerida pelo

Estado e a segunda, pela comunidade – é ignorar sua construção social baseada na autonomia, autogestão pela comunidade à qual ela está inserida.

Elisa Machado (2009) aponta as particularidades da biblioteca comunitária que se contrapõem à biblioteca pública, a saber:

1. a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.
2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social.
3. o processo participativo gerando articulação local e forte vínculo com a comunidade.
4. a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas.
5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação. (Machado, 2009, p.88-89)

As bibliotecas comunitárias se apresentam classificadas e entendidas como biblioteca alternativa – dentro do grupo das bibliotecas públicas; no entanto, não há uma definição de comum acordo entre todos os pesquisadores. Considerando-se o que foi levantado da bibliografia, percebe-se que o que a diferencia das demais é que ela não é gerida pelo Estado.

No entanto, a literatura especializada da área entende a biblioteca comunitária como sendo criada pela comunidade, como afirmam Machado e Vergueiro (2010), e não para a comunidade. Portanto, entendê-la como uma cultura pertencente à comunidade e não uma imposição é uma expressão de luta contra a exclusão informacional que busca a luta pela igualdade e justiça social. Desta forma, a discussão nos próximos capítulos sobre o papel social da biblioteca comunitária se faz necessária.

6 A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA NO ACESSO DEMOCRÁTICO E A IGUALITÁRIO À INFORMAÇÃO

A biblioteca moldou-se de acordo com as necessidades de cada época à medida que ocorriam mudanças na sociedade. Inicialmente, surgiram com o advento da escrita, como sendo local de armazenamento de placas de argila, posteriormente armazenando diferentes suportes de períodos distintos, sendo eles mineral, animal e vegetal (Martins, 1996), que moldou a forma de armazenamento nas bibliotecas.

Como visto anteriormente, conforme se alteraram o entendimento sobre a função da biblioteca, alteraram-se sua função e papel na sociedade. Na Idade Média, o acesso aos livros ficava restrito aos nobres devido ao seu alto custo e produção limitada: “A obra literária era cara e só os mosteiros (que a produziam) e os homens que detinham o poder davam-se ao luxo de possuir um livro” (Milanesi, 1983). Esta restrição seguiu até meados do século XVIII, tendo seu fim com a Revolução Francesa, em que as bibliotecas se tornaram de ordem pública e passaram a ser ressignificadas como “biblioteca/serviço”, antes como “biblioteca/museu” (Milanesi, 1983).

Ainda de acordo com Milanesi, no século XX, a biblioteca adquire uma nova função, de sistematizar o acesso às informações, uma vez que a informação se torna um bem valorável, em que o acesso à informação passa a ser imprescindível no que tange ao desenvolvimento social e econômico. A biblioteca pública, então, emerge de um passado de monopólio informacional e passa a ser um local de disseminação da informação para toda a sociedade.

Para Muller (1984 apud Lessa, 2021), as bibliotecas públicas no século XIX estão relacionadas ao desenvolvimento industrial e à urbanização, em que era atribuído a ela “um papel social [...] de educar as classes mais baixas, mas preservando os valores sociais vigentes” (Lessa, 2021, p. 19-20). Indo além do papel educativo, a biblioteca também “servia de veículo para o fortalecimento dos princípios da sociedade da época e para a manutenção da democracia” (Lessa, 2021, p. 20). Mesmo com o intuito de ser pública, a biblioteca ainda realizava a manutenção dos pensamentos da elite e reforçava as estruturas de poder.

No entanto, com as mudanças da biblioteca pública moderna e a ampliação de suas funções devido aos avanços na alfabetização e ao direito do cidadão à educação,

como um resultado da Revolução Francesa e Revolução Industrial, passa-se a ampliar as funções da biblioteca pública:

Agregou-se a função de armazenadora da memória da sociedade, a função educativa, apoiando a escola nas atividades educacionais; a função de lazer, disponibilizando o seu ambiente para leitura informal; a função cultural, potencializando, por meio ações, a apropriação da identidade do sujeitos de moda ampliar sua criticidade em relação ao mundo; a função de assessoria, dando suporte à sociedade na busca por informação; a função de disseminação, divulgando informações e promovendo atividades de interesse na comunidade (Oliveira, 1994 *apud* Lessa, 2021, p. 21)

Desta forma, tem-se o papel do bibliotecário como agente central no papel de democratizar o acesso à informação e como agente mediador na formação de cidadãos críticos, tendo como objetivo conectar os indivíduos ao saber, mediando as necessidades culturais da população, em contrapartida aos interesses sociais da elite na difusão da informação, com a ampliação do acesso aos livros, promovendo a função social da leitura.

Até a atualidade, a biblioteca pública teve uma transformação social que visa à democratização do acesso à leitura e à informação, promovendo o desenvolvimento social e econômico, de modo a consolidar-se enquanto uma instituição essencial para a democratização do acesso à informação. Embora sua função enquanto espaço inclusivo e de disseminação do conhecimento, no entanto, seja reconhecida de forma ampla, ainda há resquícios históricos limitadores de sua plena realização como um serviço verdadeiramente igualitário. Torna-se evidente, ao analisarmos suas práticas atuais, a necessidade de superar barreiras estruturais, sociais e culturais na busca por um modelo mais inclusivo.

7 PROBLEMÁTICAS E IMPACTO SOCIAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA

A biblioteca pública, como visto anteriormente, passou por transformações sociais de grande importância, sendo, inicialmente, acessível apenas aos intelectuais, nobres e sábios, começou a transformar seu objetivo ao longo das revoluções históricas e mudanças de paradigmas, como a Revolução Francesa e Revolução Industrial, sendo, então, vista como meio de empoderar a sociedade por meio do acesso aos livros, ao conhecimento.

Atualmente, é de suma importância analisar a biblioteca pública como parte integrante de um sistema, como sempre foi – analisando as transformações que passou ao longo da história –, e entender o modelo ao qual foi implantado para atender demandas de disseminação da informação a um público letrado, no entanto, excludente com parte da população marginalizada, analfabeta e à par da sociedade dita como "funcional" pelo olhar capitalista.

Conceitualmente, a biblioteca pública não contempla ao todo a realidade à qual está inserida, diferindo-se, em partes, do conceito de "[...] ser plenamente aberta a toda população local; é ser comum a todos; é destinar-se não a determinada comunidade, mas a toda coletividade e deve ter todos os gêneros de obras do interesse deste público" (Santos; Ribeiro, 2012, p.35).

De acordo com Milanesi (1983), as bibliotecas públicas, se antes possuíam o intuito de incentivar a leitura e o aprimoramento cultural, a partir do ano de 1971 passaram a ser transformadas em bibliotecas escolares para suprir as necessidades dos alunos que indispunham de livros escolares, no entanto, muitos alunos abastados tinham a possibilidade de adquirir os exemplares solicitados pela escola em uma "biblioteca" particular, dispensando as idas às bibliotecas públicas, que passaram a ser frequentadas pelos alunos de baixa renda com o intuito de estudar.

Isso mostra a adaptação realizada em prol da difusão da informação, principalmente ao público letrado e, no caso citado por Milanesi, público escolar, perdendo parte do objetivo a que se propõe uma biblioteca pública, contrariando seu papel enquanto espaço democrático de acesso igual a todos.

Observa-se, então, que as bibliotecas públicas estão inseridas em um molde, um padrão para o seu funcionamento, obedecendo a paradigmas que, ao serem preservados, não conversam com a singularidade dos demais grupos marginalizados:

Sob essa ótica difusionista, aparentemente naturalizada, a implementação de ações que garantam maiores quantidades de acervo e o maior número de

práticas de estímulo aos usos do espaço, mostram-se como dogmas já definidos, ou seja, como receitas a serem aplicadas ao 'bom funcionamento' de bibliotecas, quase como um procedimento padrão que inibe reflexões acerca do seu papel político, cultural, social, educacional, face ao indispensável respeito à diversidade e ao diálogo intercultural. (Alves; Pieruccini, 2023, p.4.)

Ainda de acordo com Alves e Pieruccini (2023), a pressão exercida para que haja a incorporação de novas funções não inclui a "efetiva participação igualitária dos sujeitos no universo cultural como participantes do processo de construção do mundo simbólico" e que não ocorrem "mudanças estruturais significativas nas esferas de suas concepções e ações" que levem a tal participação desses sujeitos.

Ignora-se, portanto, o capital cultural que diferentes grupos que acessam as bibliotecas públicas possuem, dificultando, assim, a significação do espaço por estes usuários que a frequentam, afastando-os, ao passo que um modelo, uma "fórmula" aplicada a todas as bibliotecas do gênero, é tido como o correto, o "que funciona".

Desta forma, o papel sociocultural da biblioteca encontra-se escasso, o que acarreta a visão da biblioteca pública como simples local de acesso à informação, enquanto esta deveria se prestar a ter um papel sociocultural, além do acesso aos objetos culturais, indo além da demanda informacional (Alves; Pieruccini, 2023).

A cultura homogeneizada que é difundida pelas bibliotecas públicas não abre espaço para a manifestação plural e singular de diferentes grupos sociais; a cultura tida como modelo não contempla a realidade dos grupos marginalizados, tampouco vem sendo utilizada como parte de discussões voltadas para o entendimento de diferentes indivíduos, mas sim com o intuito de ter a informação disseminada.

Almeida Junior (2021) aponta uma série de características que definem uma biblioteca pública tradicional como tendo uma diferença entre o que é discutido e a prática realizada nas bibliotecas; o usuário não é o protagonista da biblioteca; tem o livro como o principal foco da biblioteca e a sua existência só é possível com a presença dele; há o entendimento de que há imparcialidade; a informação contida na biblioteca não é influenciada por fatores políticos, culturais, sociais ou econômicos; a participação da comunidade na gestão da biblioteca é inexistente; a leitura é o objetivo maior da biblioteca e a biblioteca está alheia à sociedade, podendo existir sem ela.

Ainda de acordo com o autor, cada um dos itens acima expostos confirma que a biblioteca pública tradicional foi construída em uma base conservadora: "[...] e que se propõe a manter e preservar o conhecimento das classes excludentes." (Almeida Junior, 2021, p.54).

Além dos problemas apontados até então, as bibliotecas públicas enfrentam a cada ano no Brasil o descaso do Estado a cada mudança governamental, de acordo com Rosa e Fujino (2021):

[...] as políticas públicas estão intimamente ligadas ao governo vigente e que as políticas para bibliotecas no Brasil não avançarão, de fato, enquanto esses dispositivos não forem tratados e valorizados como espaços democráticos essenciais para o acesso à informação e à cultura. (Rosa; Fujino, 2021, p.6)

O papel central na democratização do acesso à informação, idealmente, é desempenhado pelas bibliotecas públicas, no entanto, para que isso seja possível, sua manutenção e desenvolvimento acabam dependendo de políticas públicas que se mostrem eficazes. Sabemos que, no Brasil, as bibliotecas se encontram vinculadas às políticas culturais, sendo que estas têm por objetivo promover o acesso à cultura e a preservação do patrimônio histórico. No entanto, as sucessivas mudanças e falta de recursos do Ministério da Cultura mostram as dificuldades históricas que são enfrentadas nesse campo (Rosa; Fujino, 2021).

Rosa e Fujino (2021) ressaltam que, embora realmente tenham ocorrido alguns avanços – podemos citar a criação do Instituto Nacional do Livro, em 1937, que deu um impulso para a expansão das bibliotecas públicas –, o progresso se mostra limitado por falhas presentes nas políticas de implementação, sendo que essas políticas são fragmentadas e acabam refletindo como a influência do governo vigente afeta a priorização das bibliotecas como espaços essenciais não apenas de leitura, mas um espaço essencial para a sociedade como um todo.

A negligência do Estado e a falta de políticas públicas consistentes para as bibliotecas públicas no Brasil acabam refletindo diretamente na sociedade como um todo, pois esses espaços são essenciais para o desenvolvimento crítico de um povo. Apesar da tentativa de transformar as bibliotecas, ao longo da história, em uma ferramenta de empoderamento social, a evolução das bibliotecas públicas continua fazendo parte de um modelo excludente que privilegia apenas o público letrado, marginalizando as populações minoritárias e em vulnerabilidade social. Com as bibliotecas se voltando para atender às demandas escolares ao invés de também manterem a característica de espaço cultural acessível a todos, ao invés de democratizar a informação, acabou resultando na perda de função social original das bibliotecas, enquanto espaço aberto à coletividade e ao diálogo intercultural.

As políticas públicas brasileiras para as bibliotecas são segmentadas e, também, são redefinidas com grande frequência a cada vez que há mudança de

governo, o que afeta em grande medida o avanço das bibliotecas enquanto espaços voltados para a sociedade e democratização do conhecimento. Deve-se considerar, também, que as políticas de incentivo à leitura, bem como ao acesso à informação, não são capazes de abranger efetivamente as realidades sociais e culturais tão diversas da população brasileira.

Como apontam Rosa e Fujino (2021), tratar essas políticas enquanto partes de um sistema mais abrangente, no entanto, sem dar a adequada e devida valorização, faz com que as bibliotecas sejam vistas como simples locais de informação, local esse que não tem um papel sociocultural como deveria. Isso reflete na ausência de uma visão integrada, bem como a resistência para as mudanças estruturais nas políticas de bibliotecas, o que acaba por ignorar a diversidade e os diferentes capitais culturais dos usuários. A permanência de um modelo conservador e excludente nas bibliotecas públicas está diretamente ligada à falta de atenção dada pelo governo, pois, ao invés de promover uma efetiva participação democrática e plural, a biblioteca pública tradicional acaba mantendo os grupos marginalizados excluídos da participação social efetiva e distantes do conhecimento considerado padrão.

8 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E INCLUSÃO CONTRA A EXCLUSÃO CULTURAL E INFORMACIONAL

Entender a biblioteca comunitária como uma expressão libertária é compreender que, diferente das bibliotecas públicas, a biblioteca comunitária, como visto em sua definição, emerge como um espaço independente, não institucional, visando à autonomia e inclusão social da comunidade. Ela não segue as mesmas motivações formais da biblioteca pública que, mesmo visando o acesso a todos, torna-se, portanto, excludente em relação à população analfabeta e marginalizada.

Como descrito nos tópicos 2 e 3, as bibliotecas públicas alteraram sua função ao longo dos tempos, tornando-se um espaço que visa à inclusão, mas que atende a uma comunidade letrada, sendo excludente com os usuários que não possuam o capital cultural necessário para ocupar estes espaços.

O termo “capital cultural” utilizado neste trabalho refere-se ao “capital cultural incorporado”, termo empregado por Pierre Bourdieu, podendo ser entendido na experiência do acesso às bibliotecas públicas, por exemplo, em que é necessário que o indivíduo possua conhecimentos e habilidades adquiridos por meio da educação formal, o que possibilitará o acesso aos recursos informacionais encontrados na biblioteca. Portanto, é necessário que este seja alfabetizado, tenha familiaridade com a leitura formal e pesquisa e, a partir desta definição, entende-se que grupos marginalizados com difícil acesso à educação formal não tenham capital cultural para acessar o acervo de uma biblioteca que não é pensado para esses usuários.

As bibliotecas comunitárias, por sua vez, são obra de uma comunidade autônoma que entende a carência informacional, são resistência e buscam a inclusão social. Não possuem vínculos com instituições governamentais, portanto, são consideradas autônomas. Segundo Rosa e Fujino (2021), essas unidades são um “empreendimento social de combate à exclusão informacional e uma forma de luta pela igualdade e pela justiça social”. Devido à sua autonomia, as bibliotecas comunitárias adaptam-se às necessidades da comunidade em que está inserida, havendo a identificação e senso de pertencimento dos usuários.

Estão localizadas frequentemente em regiões periféricas, ribeirinhas e áreas de vulnerabilidade social. A pesquisa Bibliotecas comunitárias no Brasil: impactos na formação de leitores (Fernandez; Machado; Rosa, 2018 apud Rosa, Fujino, 2021) mostra que:

86,7% das bibliotecas comunitárias estão localizadas em zonas periféricas, em territórios de ocupação, em favelas e em comunidades de áreas urbanas, 12,6% estão em zonas rurais e 7% são encontradas em área ribeirinha, locais que também enfrentam a carência de equipamentos culturais (Rosa; Fujino, 2021, p.7-8)

Observa-se, com estes resultados, que onde situam-se os maiores índices de bibliotecas comunitárias são locais em que o poder público não atua. Em São Paulo, por exemplo, analisando o mapa disponível na Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, observa-se que as bibliotecas comunitárias em sua maioria estão em regiões descentralizadas ou de vulnerabilidade social.

Um exemplo de biblioteca comunitária em região descentralizada é a Biblioteca Comunitária de Heliópolis, pertencente à União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) que, de acordo com a descrição em seu site, é uma entidade sem fins lucrativos, surgida em 1978 com o intuito de lutar pelo direito à moradia na favela de Heliópolis. Tem como objetivo transformar Heliópolis em um “Bairro Educador”:

O conceito de Bairro Educador norteia nosso trabalho, entendendo o território como um lugar onde todas as pessoas estejam inseridas em um processo de educação com base na autonomia, na responsabilidade e na solidariedade, que a escola e os projetos sociais sejam centros de liderança na comunidade e que tudo passa pela educação. Desenvolvemos uma grande e importante rede de proteção social presente no bairro para que possamos afirmar a garantia de direitos humanos fundamentais. Lutamos por uma educação libertadora, cidadã, que nos ajude a construir um país mais democrático e justo. (UNAS, 2023)

A biblioteca comunitária de Heliópolis surge no ano de 2005 e tem como objetivo “[...] promover o acesso à leitura e a literatura de forma gratuita dentro da comunidade” (UNAS, 2023) e visa “[...] incentivar o acesso a literatura por meio de diversas linguagens, realizando oficinas de mediação de leitura e contação de histórias, oficinas de dança e oficinas de teatro.” (UNAS, 2023)

Figura 7 – Biblioteca Comunitária de Heliópolis



Fonte: UNAS, 2024

Iniciativas como a de Heliópolis são de extrema importância para comunidades que não possuem atenção plena do Estado. Quando mencionado “Estado” e sua falha gestão das bibliotecas públicas – não apenas das bibliotecas como de toda (i)rresponsabilidade social – é necessário entender que, na visão de Malatesta (2001), para o anarquismo, o Estado representa um conjunto de instituições:

[...] pelas quais subtrai-se ao povo a gestão de seus próprios negócios a direção de sua própria conduta, o cuidado de sua própria segurança para confiá-las a alguns indivíduos que, por usurpação ou delegação, encontram-se investidos do direito de fazer leis sobre tudo e para todos, de coagir o povo a se conformar com isso, servindo-se para esta finalidade da força de todos. (Malatesta, 2001, p.15)

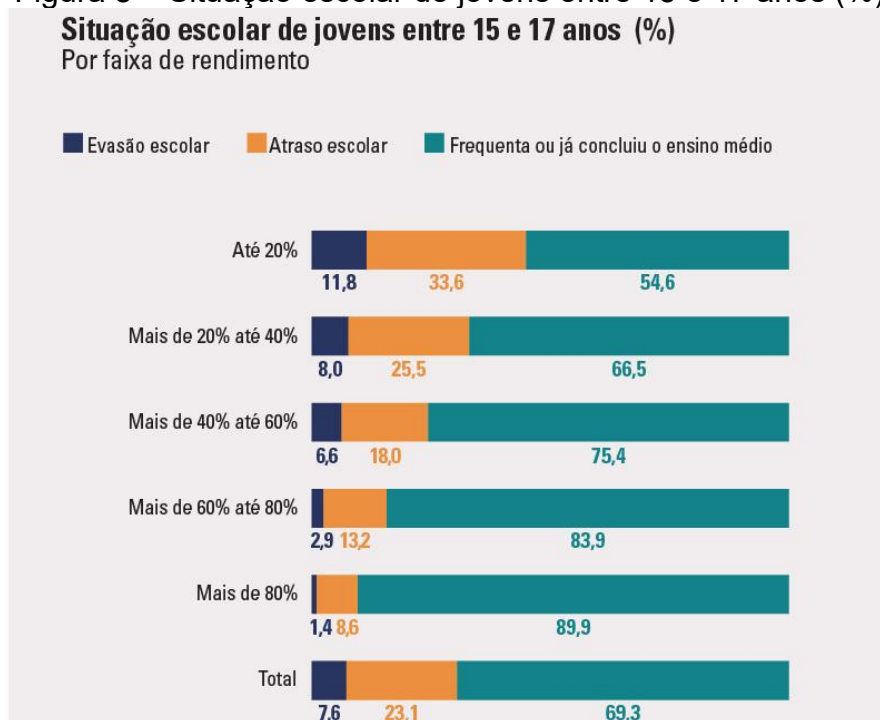
O fato da biblioteca pública que, conceitualmente, deveria ser “comum a todos” (Santos; Ribeiro, 2012), ser baseada em conceitos da educação formal, infelizmente mostra uma realidade em que não há um diálogo com a diversidade cultural dos usuários, o que limita o impacto sociocultural.

De acordo com o censo de 2019 do IBGE, a renda das famílias é um fator determinante no abandono escolar entre jovens de 15 a 17 anos:

Na evasão escolar, 11,8% dos jovens mais pobres tinham abandonado a escola sem concluir o ensino médio em 2018. Esse percentual é oito vezes maior que o dos jovens mais ricos (1,4%). No país, cerca de 737 mil pessoas nessa faixa de idade estavam nessa situação no ano passado. (IBGE, 2019)

O gráfico abaixo mostra a relação entre evasão escolar e faixa de renda por domicílio:

Figura 8 – Situação escolar de jovens entre 15 e 17 anos (%)



Fonte: IBGE, 2019

Desta feita, tratando-se das bibliotecas comunitárias, os usuários que a frequentam têm a possibilidade de acessar o livro e a leitura, dialogando com a realidade da comunidade:

Assim, essas unidades de informação ocupam um lugar importante no dia a dia dos moradores desses territórios, pois são uma estratégia para a melhoria da qualidade de vida pensada a partir do acesso ao livro e à leitura. As bibliotecas comunitárias são dispositivos de informação que possuem forte vínculo e dialogam constantemente com as comunidades nas quais estão inseridas, se colocando como espaços de mediação de leitura, de formação de leitores e de apropriação e resgate da identidade local. (Rosa; Fujino, 2021, p.2)

Laudino e Lorenço (2018) frisam que as bibliotecas comunitárias são responsáveis por proporcionar à comunidade o pensamento crítico, a leitura – também de mundo – e, com isso, diminuir a manipulação que sofrem as massas, sendo um “caminho ao saber” e um ato político e de resistência, atuando na luta contra a desigualdade social. De acordo com Victor Flusser (apud Almeida Junior, 2013), há uma transformação do consumo cultural para a criação cultural, ao passo que a biblioteca muda seu status de provedora cultural e passa a proporcionar e desenvolver, junto às pessoas, uma nova dinâmica de cultura. Esse argumento fica em evidência ao tratar-se das bibliotecas comunitárias, que possibilitam a construção coletiva de conhecimentos e expressões culturais.

Observa-se, a partir deste apontamento, que as bibliotecas comunitárias incentivam a participação da comunidade na construção das atividades do espaço, tornando-se um local ativo na produção de cultura com a comunidade, ressignificando o papel da biblioteca, construindo novas narrativas e formas de expressão, transformando a comunidade em protagonista, e não apenas como consumidora de cultura, o que gera uma troca entre o espaço e a sociedade que o constrói.

A mudança de paradigma que gera esta relação entre biblioteca e comunidade reforça o papel político das bibliotecas comunitárias, ao passo que deixam de ser instituições passivas e passam a ser agentes de transformação e resistência social, promovendo, através da criação cultural, o pensamento crítico e a autonomia dos usuários.

Ao passo que a biblioteca comunitária disponibiliza o acesso democrático, não burocrático e gratuito aos livros e demais oficinas culturais – como mediação de leitura, cursos, saraus etc. –, ampliam o acesso ao conhecimento às comunidades que antes enfrentavam as barreiras da exclusão social. Contrariando o engessado modelo da biblioteca tradicional, as bibliotecas comunitárias adaptam-se aos moldes das comunidades em que estão inseridas, fazendo com que seus recursos sejam inclusivos.

As bibliotecas comunitárias, então, são entendidas como um contraponto aos pontos limitantes apresentados pela biblioteca pública tradicional, oferecendo um acesso democrático e significativo aos usuários da comunidade que a constroem, visto que este espaço é fruto de uma urgência social. É com seu papel político e educativo que as bibliotecas comunitárias possibilitam aos usuários a autonomia. Com sua característica libertária, ela transforma o acesso à informação e à leitura em um processo emancipatório.

A UNAS, como visto anteriormente, surge da luta pelo direito à moradia, e o movimento se expande até diferentes iniciativas de empoderamento social e autonomia, como a biblioteca comunitária. Essa iniciativa pode ser vista, de acordo com a definição dada por Maria Gohn, como um movimento social que visa à atuação em rede, construindo “[...] ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social” (Gohn, 2011, p. 336).

Outro exemplo a ser citado é a Biblioteca Comunitária Semente. Localizada no Complexo da Maré (RJ), exemplifica a potência transformadora da leitura articulada à ação popular. Criada em 2020 na Rua Joana Nascimento — região que é

historicamente marcada pela estigmatização urbana —, a iniciativa surgiu como homenagem ao legado da vereadora Marielle Franco.

Em entrevista ao Maré Notícias (2020), Mateus Duarte, um dos idealizadores, relata que o espaço transcendeu sua função biblioteconômica: "Além de [ser] um ponto de leitura, realizamos mutirões para revitalizar a rua: grafites temáticos, instalação de iluminação sustentável e arborização com pneus reciclados. Antes, este era um território de medo; hoje, é um território de encontro". A biblioteca, assim, opera como estratégia de ocupação cultural (GOHN, 2017), ressignificando simbolicamente o espaço público e fortalecendo o tecido social.

As bibliotecas comunitárias compartilham um eixo comum: a biblioteca não é um fim, mas um meio para a construção de autonomia coletiva, através de atividades coletivas e também empoderamento comunitário por meio da leitura, letramento político e acesso à cultura e ao fazer cultural entendida aqui como prática viva, moldada pela comunidade. Essa perspectiva dialoga diretamente com a visão de Gohn (2011) sobre movimentos sociais como fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes.

Nesse contexto, conforme Machado (2009), as bibliotecas comunitárias materializam-se justamente através dos princípios de autonomia, flexibilidade e articulação social, os quais — mais do que estruturar um espaço físico — as tornam dispositivos políticos. Assim, o fazer cultural mencionado anteriormente — produzido e valorizado pela comunidade — consolida-se como ato de reexistência, onde a leitura e a gestão compartilhada do espaço se convertem em ferramentas de emancipação.

Gohn entende como premissa básica, a respeito dos movimentos sociais, como sendo fontes de inovação, além de matrizes geradoras de saberes. Ao tratar-se das bibliotecas comunitárias, pode-se considerar que, segundo Machado (2009), estas são criadas seguindo os princípios da autonomia, flexibilidade e da articulação social:

[...] o que amplia as possibilidades de atuação e de inserção na sociedade. Outro fator que nos leva a considerá-las diferente é pela forma de atuação estar muito mais ligada a ação cultural do que aos serviços de organização e tratamento da informação. Estes princípios podem ser considerados qualidades essenciais destas bibliotecas, os quais as diferenciam das demais, tornando-as únicas e que, se retirados, destroem sua essência. (Machado, 2009, p.90).

Essas características fazem dela um reflexo de uma ação coletiva de resistência e que, como dito anteriormente por Gohn (2011), visam à luta pela inclusão social.

Pensar a biblioteca comunitária como um ato político, desvinculado e independente do Estado, é um meio de os grupos marginalizados se fazerem representar por si só, sem interferência de um governo que não supre as demandas e necessidades destes e, assim, entender que a população pode tomar a direção de suas necessidades, organizar-se pelos seus direitos e definir prioridades sem ficar à mercê das intervenções estatais.

Com a ausência do Estado, o papel da biblioteca comunitária fortalece a autonomia das comunidades, assim como as ações sociais da UNAS. Ao desvincularem-se das lógicas estatais, os espaços de resistência são formados nas bibliotecas comunitárias e os próprios saberes sociais e estratégias de ação são construídos.

Como sugerido por Gohn (2011) e relacionado à definição de Machado (2009), as bibliotecas comunitárias vão além de um local de acesso à informação; são um local de fomento à organização coletiva e que possibilita a criação de novas formas de enfrentamento às desigualdades sociais por meio do empoderamento e autonomia.

Outrossim, estas bibliotecas representam um movimento amplo de empoderamento social, posto que suas práticas não são difusionistas, mas sim, estão ligadas à organização social de toda a comunidade, funcionando como núcleos de articulação política e social, criando redes de apoio e fortalecendo a autonomia e a auto-organização dos indivíduos.

Esses grupos de indivíduos auto-organizados podem se afirmar como sujeitos ativos e críticos em relação ao seu contexto social e político, conforme podem ter livre acesso à informação e à cultura, sem as barreiras institucionais impostas pelos mecanismos de controle estatal, de modo a construírem, de forma autônoma, uma alternativa às políticas públicas que tendem a excluí-los. As bibliotecas comunitárias, portanto, se mostram como mais do que meramente um espaço de resistência, mas também como um espaço de inovação e de construção de uma ordem social nova, em que o motor das mudanças seja a participação ativa da comunidade.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto e analisado ao longo deste trabalho, percebe-se que a evolução das bibliotecas ao longo da história atendeu a diferentes demandas sociais, iniciando com a guarda dos suportes documentais até o entendimento da importância da disseminação da informação pelas bibliotecas de diferentes tipologias. No entanto, entende-se que o molde das bibliotecas públicas tradicionais existentes não contempla toda a sociedade marginalizada, ao passo que esta não conversa com a realidade social dos indivíduos excluídos devido ao seu capital cultural, que foge à norma padrão.

Assim, as bibliotecas comunitárias surgem como uma demanda da sociedade, sendo uma iniciativa coletiva, autônoma, de autogerenciamento e que surge com o intuito de fortalecer e atender às urgências sociais de uma comunidade que não é contemplada pelo poder público. No entanto, este tema não foi bem explorado pela área, dificultando o real entendimento da expressão desta tipologia enquanto um movimento de origem social, sendo pouco explorado. Porém, a relação entre ambos torna-se perceptível, o que levou a pesquisa a relacionar ambos os temas.

Percebe-se que muitas bibliotecas comunitárias passaram a ter o apoio de órgãos governamentais, no entanto, isso não significa que esta iniciativa foi feita pelo Estado, e, sim, pela união popular que lutou por uma demanda escassa para a comunidade e, aí então, conseguiu a atenção do Estado para terem uma verba para auxiliar na manutenção e funcionamento da biblioteca em alguns casos, para bibliotecas menores, percebe-se que o investimento parte de ONGs e ações sociais.

Em suma, a biblioteca comunitária é fonte dos esforços dos indivíduos marginalizados e esquecidos pelo Estado, vivendo em situação de vulnerabilidade, mas que encontram nas iniciativas sociais, como a biblioteca comunitária, um meio para expressar subversão contra o Estado. Através das iniciativas sociais, quando as pessoas marginalizadas lutam pela existência e permanência delas neste país, elas estão lutando contra o Estado e é através deste ato de “desobediência civil” que elas afirmam o direito às suas vidas. A biblioteca comunitária, ao oferecer acesso à educação, informação e preservação da memória destes indivíduos, torna-se um poderoso meio de expressão e resistência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/biblioteca%20publica_digital.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.
- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública: ingênua, astuta e crítica. **Revista Eletrônica da ABDF**, v. 5, n. 1, p. 48-67, 2021. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/166264>. Acesso em: 07 set. 2022.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Bibliotecas públicas e alternativas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1-2, p. 115-127, 1993. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/000866735.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.
- ALVES, Marcus Rei de Lima; PIERUCCINI, Ivete. Biblioteca pública e democracia cultural: elementos para a construção de uma abordagem crítica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 23., 2023, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1502/1055>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- BARBIER, Frédéric. **História das bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- BRITISH MUSEUM. **Clay Tablet - Neo-Assyrian Period**. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_K-2472. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BRITISH MUSEUM. **Papyrus - Roman Period**. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA76614. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- CÓDICE. *In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 04 nov. 2024.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- DICOPATHE. **Les Bibliothèques Enchaînées**. Disponível em: <https://www.dicopathe.com/merveilleuses-bibliotheques-3eme-partie-les-bibliotheques-enchainees/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**. Coimbra: Almedina, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, 2010.

IBGE. **Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

INTERNATIONAL Federation of Library Associations and Institutions. Manifesto da biblioteca pública IFLA-UNESCO. 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 21 nov. 2024.

LAUDINO, B. G. L.; LOURENÇO, G. C. BIBLIOTECA COMUNITÁRIA: um universo dentro de uma tipologia. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16887>. Acesso em: 10 nov. 2024.

LESSA, Bruna. XXI Biblioteca pública: do conceito às políticas públicas. In: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (orgs.). **Para que serve a biblioteca pública? Novas configurações para o século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 17-44.

MACHADO, E. C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 80–94, 2009. DOI: 10.20396/rdbci.v7i1.1976. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1976>. Acesso em: 28 nov. 2021.

MACHADO, Elisa Campos; VERGUEIRO, Waldomiro. Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 3-11, ago. 2010. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br>. Acesso em: 28 nov. 2021

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.27.2008.tde-07012009-172507. Acesso em: 2024-08-27.

MAGÓN, Ricardo Flores. **Rebeldia é vida**: escritos políticos de Ricardo Flores Magón. Brasil: Editora Terra sem Amos, 2021.

MALATESTA, Errico. **A Anarquia**. São Paulo: Editora Imaginário; Rio de Janeiro: Editora Soma, 2001

MARÉ ONLINE. **Maré tem onda de incentivo à leitura durante a pandemia**. Rio de Janeiro, 14 maio 2020. Disponível em: <https://mareonline.com.br/mare-tem-onda-de-incentivo-a-leitura-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 16 jun. 2024

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e biblioteca. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

MILANESI, Luís. O que é biblioteca. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto; COUTINHO, Luciano Rodrigues de Souza. Estudo de comunidade e biblioteca comunitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2018.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 01-22, out. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em: 01 set. 2024.

REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS. **Encontre uma biblioteca**. Disponível em: <https://rnbc.org.br/encontre-uma-biblioteca/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

ROSA, Nathália Zaneratto; FUJINO, Asa. Bibliotecas comunitárias: espaços de informação e cultura em territórios de vulnerabilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-25, nov. 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1579>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SANTOS, Gildenir Carolino; RIBEIRO, Célia Maria. **Acrônimos, siglas e termos técnicos**. 2. ed. Campinas: Átomo, 2012.

SANTOS, J. M. O processo evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 175–189, 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237>. Acesso em: 25 out. 2024.

SOARES, Nashila Fernanda et al. Biblioteca comunitária: análise sobre seu conceito, função e papel social. **Revista ACB**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 405-419, ago. 2019. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1610>. Acesso em: 19 maio 2022.

UMBILIC. In: **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

UNAS. Cultura e Comunidade – **Biblioteca Comunitária UNAS Heliópolis**. Disponível em: <https://www.unas.org.br/cultura>. Acesso em: 20 nov. 2024.

VOLUME. In: *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 04 nov. 2024.